



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CENTRO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, MEIO
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA.**

RAINER FABRÍCIO SANTOS GOLOBOVANTE

**CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONOMICA DAS
COMUNIDADES DE SÃO RAIMUNDO, SÃO PEDRO,
JATOBÁ E PONTA DE PEDRAS DA ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL APA ALTER DO CHÃO, SANTARÉM-PA,
BRASIL**

**Santarém – PA
Janeiro/2013**

RAINER FABRÍCIO SANTOS GOLOBOVANTE

**CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONOMICA DAS
COMUNIDADES DE SÃO RAIMUNDO, SÃO PEDRO,
JATOBÁ, PONTA DE PEDRAS DA ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL APA ALTER DO CHÃO, SANTARÉM-PA,
BRASIL**

Monografia apresentada ao Centro de Formação Interdisciplinar – CFI, da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Sociedade, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia.

Profa. Orientadora: M.Sc. Andréa Leão

**Santarém – PA
Janeiro/2013**

RAINER FABRÍCIO SANTOS GOLOBOVANTE

**CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONOMICA DAS
COMUNIDADES DE SÃO RAIMUNDO, SÃO PEDRO,
JATOBÁ E PONTA DE PEDRAS DA ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL APA ALTER DO CHÃO, SANTARÉM-PA,
BRASIL**

Monografia submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista**, no Curso de Especialização em Sociedade, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia, no eixo temático Desenvolvimento, Políticas Públicas e Sustentabilidade na Amazônia, no Centro de Formação Interdisciplinar, da Universidade Federal do Oeste do Pará.

MONOGRAFIA APROVADA EM -----/-----/----- (Data da defesa)

Andréa Simone Rente Leão. M. Sc. CFI/UFOPA
(Orientadora)

Jackson Fernando Rêgo Matos. Dr. IBEF/UFOPA
(Avaliador 1)

Ednéa do Nascimento Carvalho. M. Sc. ICED/UFOPA
(Avaliador 2)

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Gestão da Informação – SIGI/UFOPA

- G627c Golobovante, Rainer Fabrício Santos
Caracterização socioeconômica das comunidades de São Raimundo, São Pedro, Jatobá e Ponta de Pedras da área de proteção ambiental APA Alter do Chão, Santarém-PA, Brasil / Rainer Fabrício Santos Golobovante. – Santarém, 2013.
80 f.: il.
Inclui bibliografias.
- Orientadora Andréa Leão.
Monografia (Especialização) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Curso de Especialização em Sociedade, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia. Santarém, 2012.
1. Área de Proteção Ambiental - Alter do Chão (PA). 2. Alter do Chão (PA) – condições sociais. 3. Alter do Chão (PA) – condições econômicas. 4. Santarém (PA). I. Leão, Andréa, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 363.7008115

AGRADECIMENTOS

À Deus o grande criador do universo.

À minha mãe Rosângela Golobovante que confiou em meu potencial.

À minha avó Maria Helena, meu irmão Diego.

A todos os meus amigos e as pessoas que acreditaram e os que desacreditaram em mim.

Aos que me concederam um pouco de seu tempo e atenção durante as entrevistas e aos comunitários que me receberam com muito apreço em suas residências.

A Universidade Federal do Oeste do Pará por ofertar o curso de Especialização em Sociedade, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia.

Aos meus professores que me guiaram na vereda da sabedoria.

A minha orientadora, Andrea Simone Rente Leão por ter aceitado esse desafio e pela ajuda indispensável nesta conquista.

Se não nós, quem? E quando, se não agora?
(Frase retirada do Filme *Se não nós, quem?*)

RESUMO

As Unidades de Conservação cada vez mais próximas de centros urbanos representa um despertar do ser humano em relação à natureza em contraposição ao processo de desenvolvimento econômico veloz e constante. Neste sentido, este trabalho descreve a historicidade de criação de Unidades de Conservação no Brasil, no geral, e, especificamente, a criação da APA Alter do Chão em Santarém/PA. Para melhor caracterizar esta UC, foi estipulado como objetivo fazer uma caracterização socioeconômica de quatro comunidades selecionadas desta UC: São Raimundo, São Pedro, Jatobá e Ponta de Pedras, ainda verificando a evolução do processo de criação e gestão da APA, no contexto do desenvolvimento sustentável para a Amazônia. Para tanto, a metodologia utilizada no primeiro capítulo foi revisão bibliográfica em publicações de órgãos ambientais federais, de literatura acadêmica e artigos relacionados ao assunto, seguidos de discussões com os autores referenciados. No segundo capítulo, seguindo a linha metodológica do capítulo um, foi apresentado os resultados da pesquisa de campo através da aplicação de 25 questionários, abrangendo um universo de 83 famílias, em quatro comunidades selecionadas para estudo. O terceiro capítulo abordou a retomada do processo de gestão da APA. Para tanto foram realizadas 5 entrevistas roteirizadas com atores sociais como, conselheiros, representantes da sociedade civil, do governo municipal, estadual e federal, além de voluntários participantes ativos, envolvidos no processo de gestão da APA. Durante a pesquisa a falta de visão, quanto à necessidade de proteger determinadas áreas verdes, tanto por parte do governo, quanto pela própria sociedade, ficou evidente. No que tange as características socioeconômicas da APA o que se evidencia é a fragilidade quanto à organização social e falta de informação dos comunitários, além de suas inúmeras demandas no que diz respeito à qualidade de vida e sua preocupação com a conservação do meio ambiente. Quanto à retomada do processo de gestão da APA, verificou-se sua fragilidade, em alguns aspectos importantes. Porém, mesmo a APA sendo criada em 2003 e seu conselho gestor, consolidado somente em 2011, seu processo de gestão começa a ganhar força. O conselho gestor da APA tem tomado uma posição firme quanto a fazer cumprir a lei e jus a seus atributos, ainda com as dificuldades encontradas, estão conseguindo realizar ações, mesmo que pontuais, mas de grande valia para fazer valer a lei e realizar ações que estão sendo planejadas para médio e longo prazo, no intuito de fazer uma melhor gestão da UC.

PALAVRAS-CHAVE: APA Alter do Chão, Caracterização Socioeconômica, Gestão de UCs.

ABSTRACT

Conservation Units increasingly near urban centers represents an awakening of human beings in relation to nature as opposed to the economic development process fast and steady. Thus, this paper describes the historicity of creation of conservation units in Brazil, in general, and specifically the creation of APA Alter in Santarém / PA. To better characterize this UC, was set as objective to socioeconomic characterization of four communities selected this UC: St. Raymond, St. Peter, Jatoba and Ponta de Pedras, still checking the progress of the creation and management of APA in the context of development sustainable to Amazon. Therefore, the methodology used in the first chapter was published in bibliographic review of federal environmental agencies, the academic literature and articles related to the subject, followed by discussions with the authors referenced. In the second chapter, following the methodological line of chapter one, was presented the results of field research through the application of 25 questionnaires, covering a population of 83 families in four communities selected for study. The third chapter dealt with the resumption of the process of managing the APA. Therefore, we conducted five interviews with scripted as social actors, directors, representatives of civil society, local government, state and federal, and voluntary active participants involved in the management of the APA. While searching the lack of vision on the need to protect certain green areas, both by the government, as the company itself was evident. Regarding the socioeconomic characteristics of the APA that is evident is the fragility about the social organization and lack of information of the community, in addition to its numerous demands with regard to quality of life and its concern for environmental conservation. Regarding the resumption of the management process of the APA, it was its fragility, in some important respects. But even the APA being established in 2003 and its board manager, consolidated only in 2011, its management process begins to gain strength. The management council of the APA has taken a firm position as to enforce the law and entitled to its attributes, even with the difficulties, are able to perform actions, even if occasional, but of great value to enforce the law and carry out actions that are planned for medium and long term in order to make better management of UC.

KEYWORDS: APA Alter do Chao, Socioeconomic Characterization, Managing UCs.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – Gênero	39
GRÁFICO 02 – Naturalidade	39
GRÁFICO 03 - Estado Civil	40
GRÁFICO 04 - Participação nas Atividades Sociais	40
GRÁFICO 05 - Aquisição de Lotes/Terras	41
GRÁFICO 06 - Produção dos Lotes	41
GRÁFICO 07 - Agricultura Familiar	42
GRÁFICO 08 - Renda Familiar	42
GRÁFICO 09 - Composição da Renda Familiar	43
GRÁFICO 10 - Tempo Estimado para Chegar a Escola	43
GRÁFICO 11 - Frequência Escolar	44
GRÁFICO 12 - Acesso a Comunidade/Residência	45
GRÁFICO 13 - Fonte de Energia Elétrica	46
GRÁFICO 14 - Acesso a Água	46
GRÁFICO 15 - Uso de Água Tratada	47
GRÁFICO 16 - Armazenamento de Água	47
GRÁFICO 17 - Problemas com Falta de Água	48
GRÁFICO 18 - Destino do Esgoto Domiciliar	48
GRÁFICO 19 - Destino do Esgoto do Banheiro	49
GRÁFICO 20 - Banheiro das Residências	49
GRÁFICO 21 - Destino do Lixo	49
GRÁFICO 22 – Crianças Vacinadas em Idade de Vacinação	51
GRÁFICO 23 - Uso de Medicação Caseira	52
GRÁFICO 24 - Relação Problemas de Saúde com a Degradação Ambiental	52
GRÁFICO 25 - Problemas nas Comunidades em Relação ao Meio Ambiente	54
GRÁFICO 26 - Sabem o que é uma UC?	55
GRÁFICO 27 - Sabem que Vivem em uma UC?	55
GRÁFICO 28 - Entrevistados que Sabem das Reuniões da APA	56
GRÁFICO 29 - Participação dos Comunitários nas Reuniões da APA	56
GRÁFICO 30 - Filiação em Sindicatos e Associações	57
GRÁFICO 31 - Acreditam da Necessidade de Recuperar os Igarapés	58

LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Proteção Permanente
CAT	Centro de Atendimento ao Turista
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
EMATER-PA	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IBDF	Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA	Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
ISA	Instituto Socioambiental
MP	Ministério Público
ONG	Organização Não Governamental
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PARNA	Parque Nacional
PDA	Plano de Desenvolvimento de Assentamento
PETROBRÁS	Petróleo do Brasil S/A
PIN	Plano de Integração Nacional
PU	Plano de Utilização
PNMA	Plano Nacional de Meio Ambiente
REDE CELPA	Centrais Elétricas do Pará S/A
RESEX	Reserva Extrativista
RPPN	Reserva de Patrimônio Particular Natural
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SECTAM/PROECOTUR	Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
SEMA	Secretaria Especial de Meio Ambiente
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEMTUR	Secretaria Municipal de Turismo
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUS	Sistema Único de Saúde
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém
TAC	Termo de Compromisso

UC
UFOPA
ZEE

Unidade de Conservação
Universidade Federal do Oeste do Pará
Zoneamento Ecológico-Econômico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 O ESTADO DAS ÁREAS PROTEGIDAS COMO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	14
1.1 Antecedentes Históricos das Áreas Protegidas	14
1.2 Áreas Protegidas no Brasil	17
1.3 A Consolidação da UCs a partir do SNUC	19
1.4 Áreas de Proteção Ambiental – APAs	22
2 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS COMUNIDADES DA APA ALTER DO CHÃO	25
2.1 Breves Considerações sobre o Processo de Criação da APA Alter do Chão	25
2.2 Localização	27
2.3 Fatores Abióticos	30
2.3.1 Geomorfologia	31
2.3.2 Geologia	31
2.3.3 Clima	32
2.3.4 Solo	32
2.3.5 Hidrografia	33
2.3.6 Cobertura Vegetal	34
2.4 Caracterização Socioeconômica das Comunidades Pesquisadas: uma breve análise	37
2.4.1 Identificação	38
2.4.2 Dados de Infraestrutura, Socioeconômicos e Ambientais	40
2.4.3 Saúde Pública	50
2.4.4 Meio Ambiente, Qualidade de Vida e Unidade de Conservação	52
3 SITUANDO OS INTERESSES: RETOMADA DO PROCESSO DE GESTÃO DA APA ALTER DO CHÃO	60
3.1 APA Alter do Chão: da criação a retomada do processo de consolidação	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	72
APÊNDICE A – Questionário para Caracterização Socioeconômica das Comunidades da APA – Alter do Chão	75
APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista com os Atores Sociais Atuantes no Processo de Gestão da APA Alter do Chão	82

INTRODUÇÃO

Cada vez mais, nota-se a criação de Unidades de Conservação (UCs) próximas de centros urbanos representando um *despertar* do ser humano em relação à natureza em contraposição ao processo de desenvolvimento econômico veloz e constante. Neste sentido, é importante que tal discussão caminhe lado a lado para cumprir um papel educacional e interpretativo, onde o morador local e o visitante observem, apreciem e se conectem a natureza.

Mesmo com um novo *despertar* e com o crescente número e diversidade de UCs, o modo de proteger áreas ainda trás consigo uma série de questões que merecem especial atenção. Assim, conforme o número, as categorias e as extensões dos espaços protegidos crescem, sua complexidade também aumenta, demandando mais recursos e ações à sua manutenção, tais como: capacitação profissional, regularização fundiária, aquisição de equipamentos, construção de infraestrutura, fiscalização, promoção de pesquisas científicas, parceria com universidades e instituições interessadas, práticas de ecoturismo e educação ambiental, melhoramento nos processos de gestão ambiental e principalmente realizar uma aliança com a sociedade para colaborar no processo de criação e funcionamento das UCs.

Assim, ainda se faz necessário elaborar um planejamento abrangente e integrado, que tenha como foco uma visão de sistema, que possibilite o monitoramento das ações, fraquezas e ameaças, dos avanços e da efetividade da gestão de uma UC. Diretrizes e princípios precisam ser discutidos e definidos para que uma linguagem comum favoreça o entendimento entre os múltiplos níveis de governo, as instituições, as organizações da sociedade civil, os cidadãos, funcionários e todos os envolvidos diretamente e indiretamente em tal processo.

As UCs na categoria Área de Proteção Ambiental – APA que fazem parte da modalidade de Uso Sustentável são uma das mais implantadas nos dias atuais próximos a centros urbanos e pela esfera municipal, justamente por propor um processo de gestão mais flexível, por promover melhores condições e diretrizes para a ocupação humana sem a necessidade de desapropriação de terras, atribuindo a isto a promoção da qualidade de vida e bem-estar das populações humanas habitantes da área, além de ter como objetivo a proteção de sítios de importante beleza cênica, a sustentabilidade do uso dos recursos naturais e colocando assim, em segundo

plano a conservação da diversidade biológica, a preservação dos ecossistemas em seu estado original e a proteção e manutenção das fontes de recursos hídricos como nascentes, igarapés, lagos e rios.

Assim, esta monografia procura descrever o processo histórico de criação de Unidades de Conservação no Brasil e no mundo juntamente com a análise dos processos de criação e de gestão destas UCs nos dias atuais, dando ênfase às APAs e, mais especificamente a APA Alter do Chão, que se torna um campo propício para reflexões como: por que Unidades de Conservação? Quais seus objetivos? Como se dá o processo de criação e delimitação de uma UC? Por que escolher uma Área de Proteção Ambiental? Qual a participação da população neste processo?

Contextualizando ainda o objeto deste estudo, a APA Alter do Chão, cabem questões mais profundas como: qual a atual situação legal da APA? Quais as características socioeconômicas da população residente nos limites da APA? Existe um Plano de Manejo para a UC? O Conselho Gestor foi ou está sendo instituído conforme exige a lei? Ou seja, como vem se dando o processo de implantação, estruturação e organização desta UC, localizada numa região conhecida como Eixo Forte, onde em parte se sobrepõe a área do Projeto de Assentamento Agroextrativista PAE Eixo Forte, no município de Santarém, estado do Pará.

Através da caracterização socioeconômica de parte da APA Alter do Chão pretende-se descrever questões sociais e econômicas do ponto de vista das populações comunitárias pesquisadas, no intuito de caracterizar os problemas da área selecionada para estudo, e como estes problemas afetam a vivência homem-natureza. E, do ponto de vista dos atores sociais que atuam na gestão da APA, sejam membros do Conselho Gestor ou não, de como está se dando o processo de retomada da consolidação da UC. Como se dá a atuação dos órgãos governamentais e da sociedade civil organizada em tal processo.

Assim tem-se como objetivo geral, analisar a socioeconomia de quatro comunidades pertencentes à APA Alter do Chão e sua relação com a gestão desta UC. E objetivos específicos: 1) Descrever o processo de implantação de UCs de Uso Sustentável, mais especificamente Áreas de Proteção Ambiental, no contexto Nacional e Amazônico; 2) Caracterizar a socioeconomia das comunidades pertencentes à APA Alter do Chão; 3) Descrever o processo de gestão atual da APA

Alter do Chão a partir dos atores sociais integrantes do seu conselho gestor; e, 4) Relacionar a dinâmica socioeconômica da APA Alter do Chão e seu processo de gestão.

Para melhor conhecer o objeto de estudo, no caso a APA Alter do Chão, os procedimentos metodológicos utilizados foram revisão bibliográfica em publicações de órgãos ambientais federais, estaduais e municipais, de literatura acadêmica, como artigos, monografias, teses e dissertações de mestrado e doutorado relacionadas ao assunto, seguidos de discussões com os autores referenciados. A pesquisa é descritiva e de campo e, por isso utilizou-se como instrumento a aplicação de 25 questionários com questões abertas e fechadas com comunitários para obter uma melhor descrição da realidade local (Apêndice A); 5 entrevistas com membros do Conselho Gestor e outros atores envolvidos indiretamente no processo de Gestão desta UC, através de um roteiro semiestruturado de entrevistas (Apêndice B).

O estudo foi dividido em três capítulos, a saber: 1 – O Estado das Unidades de Conservação como Áreas Protegidas; 2 – A APA Alter do Chão sobre o ponto de vista comunitário; e 3 - Situando os Interesses: Retomada do Processo de Gestão da APA Alter do Chão.

A APA Alter do Chão foi criada no ano de 2003 tendo como intuito a resolução de três demandas claramente identificáveis: A preservação dos mananciais hídricos da região (nascentes, igarapés, lagos, rios e conseqüentemente as praias); a proteção às áreas de savana, também conhecidas como cerrado ou campos amazônicos e seu entorno, o que engloba a fauna e a flora que são característicos do bioma amazônico; e a necessidade de elaboração de dispositivos legais para ordenar a ocupação humana de forma que beneficie principalmente as populações comunitárias já habitantes nos limites da APA, conseqüentemente freando a especulação imobiliária e decorrentes danos ambientais.

Visando entender principalmente a necessidade de como as populações comunitárias podem se beneficiar socioambientalmente, através da implantação da APA Alter do Chão, juntamente com a retomada do processo de gestão e seus meios é que surge a motivação para o presente estudo de caracterização socioeconômica desta UC, tendo como finalidade ainda, subsidiar futuros estudos sobre a região e colaborar no que for possível, no processo de gestão da APA.

1 O ESTADO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO ÁREAS PROTEGIDAS

O presente capítulo trata dos antecedentes históricos para a criação das Áreas Protegidas pelo mundo, trazendo uma breve discussão sobre as causas para ter áreas verdes preservadas, os fatores sociais, econômicos e ambientais que levaram a tal preocupação. Debatendo ainda sobre o surgimento das primeiras áreas protegidas criadas no mundo e no Brasil.

Depois passa a discutir sobre as primeiras UCs criadas no Brasil, a evolução histórica para a implementação destas áreas durante o século passado, até chegar homologação da Lei Federal 9.985/2000 que ficou conhecida como Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Aqui, é apresentada uma breve contestação sobre o processo de consolidação das UCs no Brasil após a entrada em vigor do SNUC até os dias atuais, passando então, a apresentar a categoria de UC Área de Proteção Ambiental – APA; dá lei que a institui até antes do SNUC, sua presença entre as demais categorias de UC que fazem parte do rol desta lei, até as medidas adotadas para a criação, consolidação e processo de gestão.

1.1 Antecedentes Históricos das Áreas Protegidas

Com a revolução científica gerida no Ocidente do século XVI através dos pensadores e cientistas da época (Copérnico, Galileu Galilei, Francis Bacon, Descartes, Kant e outros) e posteriormente com a I Revolução Industrial iniciada em 1730 na Inglaterra, surge o grande *ideal da Modernidade* que norteou:

O progresso ilimitado, construído mediante um processo industrial, produtor de bens de consumo em grande escala, a expensas da exploração sistemática da Terra, tida como um baú de recursos, sem espírito e entregue ao bel-prazer do ser humano. Gerou grande riqueza nos países centrais e colonizadores, e imensa desigualdade, pobreza e miséria nas periferias destes países e principalmente nos países colonizados. (BOFF, 2012, p. 41).

Essa ideia de riquezas praticamente infinitas geradas pela expansão da produção de bens de consumo exigia cada vez mais a exploração de recursos naturais vindo a se intensificar principalmente com a I Revolução Industrial. Esta trouxe

inúmeras inovações tecnológicas, das quais, devido a sua constante evolução processual, usufrui-se nos dias atuais com total conforto e comodidade. No entanto, esse processo causou irreversíveis mudanças na geografia das cidades e grandes impactos ambientais nos países centrais e em suas colônias. Desta forma, a I Revolução Industrial trouxe consigo um processo acelerado de urbanização que culminou no aumento das grandes cidades e no crescimento populacional que precisava de mais e mais áreas para expandir. (RENTE, 2006, p. 26).

Com o acelerado crescimento econômico da época, as cidades também cresceram e conseqüentemente, a urbanização destes locais se fez necessária. No entanto, esse processo deflagrou grandes danos ambientais, podendo-se citar como exemplo a poluição dos rios, lagos e do ar pelas indústrias, além de reduzir a estados de miséria a maioria da população e trabalhadores, devido à baixa oferta de condições de trabalho, muitas horas trabalhadas por semana, baixos salários e a disseminação de doenças com facilidade, principalmente entre a população da periferia. A maioria da população das cidades industrializadas vivia às margens dos centros industriais e urbanos, o que não difere muito da realidade das grandes cidades nos dias atuais. (HUNT, 1998)

As indústrias do século XVIII tinham como principal “combustível” a madeira, usada como carvão, lenha em fornalhas, na construção de embarcações, principalmente no período das grandes navegações, construção civil; e minérios como o ferro usado na construção de maquinários e tantos outros equipamentos e utensílios. Devido à intensa exploração das áreas de florestas naturais, na maioria das vezes com técnicas inadequadas e por meios insustentáveis, houve uma rápida redução das florestas por todo o mundo. Seguindo a fio, o modelo proposto pela ideia de modernidade e do progresso. Então, para conter esse processo e para garantir *estoques florestais*, começaram a se desenvolver sistemas especiais de controle da exploração de recursos florestais. (BOFF, 2012, p. 33).

Nesse contexto, começou-se a pensar em criar áreas protegidas ou em sistemas especiais de proteção dos recursos naturais. O que veio a culminar na criação oficial da primeira área natural protegida do mundo: o Parque Nacional de *Yellowstone* (*Yellowstone National Park*) nos Estados Unidos da América, em 1º de maio de 1872, pelo Congresso Estadunidense. No entanto, 20 anos antes à criação do Parque Nacional de Yellowstone, a área do atual Parque Nacional de *Yosemite* (tam-

bém em território estadunidense), havia sido declarada “inalienável em qualquer tempo” em 30 de junho de 1864, pelo então presidente daquele país, Abraham Lincoln. Porém, a fundação deste parque nacional só foi oficializada em 1890 (DIEGUES, 2002).

Para Costa (2002), depois de dado o “ponta pé inicial”, outras áreas protegidas que posteriormente ficaram conhecidas como Unidades de Conservação – UCs começaram a ser criadas em várias nações do mundo, visando à conservação de áreas naturais, seguindo basicamente o modelo de gerenciamento de *Yellowstone* e *Yosemite*. As primeiras nações a criarem UCs, após e baseado no modelo proposto por naturalistas, tendo como referencia o Parque Nacional de *Yellowstone*, foram: Austrália (Parque Nacional Royal em 1879), Canadá (Parque Nacional Banff em 1885), Nova Zelândia (Parque Nacional Egmont em 1894), África do Sul (Parque Nacional Kruger em 1898), México (1899), Argentina (Parque Nacional Nahuel Huapi em 1903), Chile (1926), Equador (Parque Nacional de Galápagos em 1934), Venezuela (1937) e Brasil (Parque Nacional de Itatiaia em 1937). Todas estas áreas foram instituídas como Parques Nacionais, seguindo a risca o modelo proposto por *Yellowstone*.

Assim, as áreas protegidas ou Unidades de Conservação (nomenclatura adotada atualmente) foram sendo criadas em várias partes do mundo. Com isso, a União Internacional para a Conservação da Biodiversidade (IUCN - *International Union of Conservation of Nature*) chegou a definir uma área protegida como uma: “Área de terra ou de mar definida especificamente para a proteção e a manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, e gerida por meios legais ou outros que sejam definidos”. (MARETTI, 2004 apud SANTILLI, 2005, p. 108).

No entanto, em um sentido mais exato, pode-se entender que as áreas protegidas são todos os espaços territoriais de um país, terrestres ou marinhos, que apresentam dinâmicas de produção (ocupação e uso, sobretudo) e gozam de estatuto legal e regime de administração diferenciado. (MEDEIROS et al, 2004; 2011).

1.2 Áreas Protegidas no Brasil

No Brasil, os primeiros passos legais para criação de áreas protegidas começaram a ganhar força com a inserção da ideia de que a natureza era um *patrimônio natural* a ser preservado na Constituição de 1934, cabendo ao Estado sua gestão e fiscalização. No início, o surgimento destas áreas naturais protegidas estiveram diretamente vinculado ao interesse pela preservação de territórios que detinham certas características naturais excepcionais, como grandiosidade e relevante beleza cênica, além do mais “Incluíram-se aí iniciativas para proteger exemplares ‘carismáticos’ da flora e da fauna, como árvores de grande porte e animais com forte apelo estético [...]”. (DRUMMOND et al, 2005, p. 11-12).

Assim, foram elaborados alguns dispositivos legislativos para a proteção da natureza. Entre os principais dispositivos, destacam-se: o Código Florestal (1934), o Código de Caça e Pesca (1934), o Código das Águas (1934) e o Decreto de Proteção dos Animais (1934). (BRASIL, 2000). O Código Florestal de 1934 foi o dispositivo legal que se destacou entre os criados para a proteção da natureza. Para as áreas protegidas, sua importância se deu por conta da introdução da ideia das categorias de manejo em função dos objetivos e finalidades da área criada. Assim as duas primeiras categorias de áreas protegidas instituídas foram os Parques Nacionais e as Florestas Nacionais baseadas no Decreto nº 23.793 de 23/01/1934, conhecido como Código Florestal de 1934. (DRUMMOND et al, 2005, p. 13).

Mesmo antes do código florestal de 1934, no Brasil, o registro da primeira tentativa de se criar unidades de conservação, no caso, parques nacionais, data de 1876, pelo engenheiro André Rebouças (1838-1898) ao sugerir criar os Parques Nacionais da Ilha do Bananal (rio Araguaia) e das Sete Quedas (rio Paraná). Contudo:

Muitos anos depois, foram de fato criados parques nacionais nesses dois locais - o Parque Nacional do Araguaia, em 1959; o Parque Nacional de Sete Quedas, em 1961 (embora este último tenha sido destruído, em 1980, para dar lugar ao grande lago da barragem da Usina Hidrelétrica de Itaipu). (DRUMMOND et al, 2005, p. 12).

Apesar desta tentativa ainda que frustrada de implementação destas duas áreas protegidas, o primeiro Parque Nacional instituído pelo Brasil, só foi homologado sessenta anos depois com a criação do Parque Nacional de Itatiaia em 1937, no estado do Rio de Janeiro; e ainda em 1939 os Parques Nacionais da Serra dos

Órgãos e do Iguaçu. No entanto, a primeira área protegida do Brasil delimitada com explícito interesse na proteção da natureza e ainda que no âmbito estadual, foi o Parque Estadual da Cidade (hoje Parque Estadual da Capital); este estabelecido em 10/02/1896, pelo Decreto 335, na cidade de São Paulo.(DRUMMOND et al, 2005, p. 12).

Nos últimos anos tem-se notado com maior frequência a criação de Áreas Protegidas em todo o território brasileiro; os motivos são diversos, assim como as modalidades geralmente determinadoras da função para qual cada uma foi criada. A delimitação destas áreas e sua respectiva gestão vêm como uma resposta - ainda que em fase de elaboração - como parte da solução da crise ambiental pela qual o planeta Terra vem passando. Neste sentido, conciliar alguns fatores como desenvolvimento econômico, justiça social e conservação do meio ambiente torna-se o desafio iminente do século XXI. No cume desta discussão encontra-se a importância de proteger áreas verdes naturais.

Para chegar a uma abrangência de sistemas, dispositivos legais, regulamentos, instruções normativas, resoluções e políticas públicas para a proteção do meio ambiente, um caminho longo na elaboração da legislação ambiental precisou ser percorrido. Assim, Rente (2006) destaca a evolução do primeiro Código Florestal (1934) ao novo Código Florestal (1965), a criação do Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal – IBDF (1967), a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA (1973), Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros (1979), a Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA (1981), que criou o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA (1981) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA (1981), a Constituição Federal com o Artigo nº 225, a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Acrescendo-se a esta lista, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (2000), o Serviço Florestal Brasileiro – SFB (2006) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio (2007). Hoje no Brasil, as áreas naturais são protegidas, basicamente por seis modelos: Terras Indígenas, Áreas Quilombolas, Áreas Militares, Áreas de Preservação Permanente (APPs), Reservas Legais¹ e

¹ As Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais constam tanto em todas as outras categorias de áreas protegidas, além de estarem inseridas em áreas da União, devolutas, e em propriedades particulares. Estas categorias de Áreas Protegidas e legitimada pelo Código Florestal vigente, Lei 4771/65.

Unidades de Conservação, sendo esta última à área protegida pertinente a este estudo.

1.3 A Consolidação da UCs a partir do SNUC

As Unidades de Conservação – UCs passaram a ser orientadas e homologadas com base na Lei Federal 9.985, de 22 de julho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Sobre a importância desta lei pode-se dizer que:

O SNUC consolidou uma nova atitude do Estado na relação com a sociedade no âmbito da conservação da natureza, criando uma série de mecanismos que asseguram maior participação pública no processo de criação e gestão das áreas protegidas. (MMA, 2007, p. 13).

Cada UC é criada por uma lei ou decreto, onde são definidos os objetivos e fins para os quais a mesma foi estabelecida, seu memorial descritivo contendo os limites geográficos, proibições e restrições de uso, devendo-se considerar que além de cada categoria, cada UC pode ser criada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, cabendo à esfera governamental regente a sua administração. Neste contexto, as UCs estão divididas em duas grandes categorias, subdivididas em treze categorias menores:

- 1) Categoria de Proteção Integral ou Uso Indireto. Segundo §.1º do Art 7º do SNUC, o objetivo básico desta categoria é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, com exceção dos casos previstos na lei. Assim, as UCs de Proteção Integral se subdividem em Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre; (BRASIL, 2000).
- 2) A categoria de Uso Sustentável ou Uso Direto tem por objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. O grupo que compõe as UCs de Uso Sustentável são: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural. (BRASIL, 2000).

As áreas protegidas na Amazônia brasileira por UCs sejam elas de proteção integral ou de uso sustentável “as unidades de conservação (estaduais e federais) localizada na Amazônia brasileira estendem-se por 1.102.728 km², perfazendo 18,7% da região, sendo que as UCs de proteção integral cobrem 425 mil km² e as de uso sustentável totalizam 675 mil km²”. (MMA, 2008, p. 53).

O Quadro1 mostra, segundo o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC, 2012), a distribuição das UCs por tipo/categoria, além da esfera a que pertence sua gestão e a respectiva área por categoria. Conforme a tabela abaixo nota-se que existem hoje, no Brasil, 886UCs consolidadas (ou seja, oficialmente criadas e com seus conselhos gestores devidamente homologados) sendo que destas 139 são de Proteção Integral com uma área de 521.185 Km² protegidos e 747 UCs de Uso Sustentável subdividas entre as esferas Federal, Estadual e Municipal e nas categorias de manejo que protegem 994.010 Km². A soma total de áreas protegidas por Unidades de Conservação é de 1.515.195 Km².

QUADRO 1 - Unidades de Conservação Consolidadas

Tipo/Categoria	Esfera						Total	
	Federal		Estadual		Municipal			
Proteção Integral	N °	Área (Km²)	N°	Área (Km²)	N°	Área (Km²)	N°	Área (Km²)
Estação Ecológica	31	69.237	59	47.678	0	0	90	116.915
Monumento natural	3	443	16	796	4	7	23	1.246
Parque Nacional/Estadual/Municipal	68	252.653	177	93.983	52	153	297	346.789
Refúgio da Vida Silvestre	7	2.019	21	1.678	1	22	29	3.718
Reserva Biológica	30	39.045	21	13.466	1	7	52	52.517
Total Proteção Integral	139	363.397	294	157.599	58	189	491	521.185

	N °	Área (Km ²)	N °	Área (Km ²)	N °	Área (Km ²)	N °	Área (Km ²)
Uso Sustentável								
Floresta nacional/Estadual/Municipal	65	163.438	35	135.998	0	0	100	299.435
Reserva Extrativista	59	122.875	28	20.211	0	0	87	143.086
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	1	644	26	109.200	2	129	29	109.974
Reserva de Fauna	0	0	0	0	0	0	0	0
Área de Proteção Ambiental	32	100.144	181	329.726	39	5.856	252	435.725
Área de Relevante Interesse Ecológico	16	448	24	445	5	27	45	920
RPPN	574	4.728	70	142	1	0	645	4.870
<i>Total Uso Sustentável</i>	747	392.277	364	595.721	47	6.012	1.158	994.010

Total Geral	886	755.673	658	753.320	105	6.201	1.649	1.515.195
--------------------	------------	----------------	------------	----------------	------------	--------------	--------------	------------------

Obs: Para as UCs que não tem informação georreferenciada disponível, é utilizada a área do ato legal para o cálculo.

FONTE: CNUC/MMA atualizado em 12/06/2012. Adaptado pelo autor.

QUADRO 2 - Unidades de Conservação por Bioma.

Área Total do Bioma Km²	Amazônia			Caatinga			Cerrado			Mata Atlântica			Pampa			Pantanal			Área Continental			Área Marinha*		
	4.196.943			844.453			2.036.448			1.110.182			176.496			150.355			8.514.877			3.555.796		
Tipo/Categoria	Amazônia			Caatinga			Cerrado			Mata Atlântica			Pampa			Pantanal			Área Continental			Área Marinha		
Proteção Integral (PI)	Nº	Área (Km²)	%	Nº	Área (Km²)	%	Nº	Área (Km²)	%	Nº	Área (Km²)	%	Nº	Área (Km²)	%	Nº	Área (Km²)	%	Nº	Área (Km²)	%	Nº	Área (Km²)	%
Estação Ecológica	18	101.142	2,4	4	1.303	0,2	29	11.490	0,6	37	37	0,1	1	1.109	0,6	1	116	0,1	90	116.791	1,4	7	124	0,0
Monumento Natural	0	0	0,0	5	580	0,1	5	297	0,0	10	10	0,0	1	0	0,0	1	3	0,0	23	1.245	0,0	1	1	0,0
Parque	45	260.875	6,2	20	7.488	0,9	62	48.455	2,4	168	168	1,9	3	373	2,8	5	4.282	2,8	297	342.785	4,0	17	4.003	0,1
Refúgio da Vida Silvestre	1	64	0,0	2	286	0,0	4	2.488	0,1	20	20	0,1	1	26	0,0	0	0	0,0	29	3.539	0,0	3	179	0,0
Reserva Biológica	13	49.273	1,2	2	70	0,0	5	120	0,2	25	25	0,2	3	97	0,1	0	0	0,0%	52	51.908	0,6	8	609	0,0
Total PI	77	411.354	9,80	33	9.727	6,40	105	62.850	1,2	260	260	2,40	9	1.604	2,4	7	4.400	2,9	491	516.269	6,1	36	4.917	0,1
Uso Sustentável (US)	Nº	Área (Km²)	%	Nº	Área (Km²)	%	Nº	Área (Km²)	%	Nº	Área (Km²)	%	Nº	Área (Km²)	%	Nº	Área (Km²)	%	Nº	Área (Km²)	%	Nº	Área (Km²)	%
Floresta	58	298.023	7,1	6	542	0,1	8	515	0,0	29	29	0,0	0	0	0,0	0	0	0,0	100	299.435	3,5	0	0	0,0
Reserva Extrativista	68	136.313	3,2	3	18	0,0	6	879	0,0	11	11	0,1	0	0	0,0	0	0	0,0	87	137.924	1,6	17	5.162	0,1
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	20	109.112	2,6	1	95	0,0	1	588	0,0	7	7	0,0	0	0	0,0	0	0	0,0	27	109.937	1,3	2	37	0,0
Reserva de Fauna	0	0	0,0	0	0	0,0	0	0	0,0	0	0	0,0	0	0	0,0	0	0	0,0	0	0	0,0	0	0	0,0
Área de Proteção Ambiental	29	154.396	3,7	31	52.543	6,2	58	100.415	4,9	149	149	7,2	3	4.217	2,4	0	0	0,0	213	391.257	4,6	39	44.468	1,3
Área de Relevante Interesse Ecológico	5	446	0,0	5	198	0,0	17	82	0,0	16	16	0,0	1	30	0,0	0	0	0,0	40	915	0,0	3	5	0,0
RPPN	49	407	0,0	49	456	0,1	133	899	0,0	394	394	0,1	7	4	0,0	12	2.200	1,5	644	4.870	0,1	0	0	0,0
Total US	229	698.697	16,6	95	53.854	6,4	223	103.378	5,1	606	606	7,4	11	4.251	2,4	12	2.200	1,5	1.111	944.338	11,1	61	49.672	1,4
Total PI e US	306	1.110.051	26,4	128	63.581	7,5	328	166.227	8,2	866	866	9,8	20	5.855	3,3	19	6.600	4,4	1.602	1.460.606	17,2	97	54.589	1,5

Obs: Para as UCs que não têm informação georreferenciada disponível, é utilizada a área do ato legal para o cálculo. A área do bioma foi obtida de IBGE, 2004.

FONTE: CNUC/MMA atualizado em 12/06/2012. Adaptado pelo autor.

Conforme o Quadro2, o bioma Mata Atlântica é o que possui o maior número de Unidades de Conservação, na maioria Reservas de Patrimônio Particular Natural (RPPN) que somam 394 de um total de 866 UCs, com uma área protegida de 108.292 Km². O bioma Amazônia é o que apresenta o maior mosaico de áreas protegidas divididas entre as categorias de gestão de Proteção Integral (77 Unidades e 411,354 Km² de área) e Uso Sustentável (229 Unidades e 698.697 Km² de área) o que somados totalizam 306 UCs protegendo 1.110.051 Km².

Na Amazônia, a implantação das primeiras UCs ocorreu na década de 1970 do século XX, com a criação do Parque Nacional da Amazônia, por meio do Decreto n° 73.683, de 19 de fevereiro de 1974. Esta, uma UC de Proteção Integral, fazia parte do Programa de Integração Nacional (PIN), sendo instituída logo após a construção da Rodovia Transamazônica, BR-230; e a Floresta Nacional do Tapajós tendo como diploma legal de criação o Decreto n° 73.684 de 19 de fevereiro de 1974, está é uma UC de Uso Sustentável. (ICMBio, 2012).

1.4 Áreas de Proteção Ambiental –APAs

As Áreas de Proteção Ambiental – APAs começaram a ser criadas a partir da edição e aprovação da Lei n° 6902 de 27/04/1981, permitindo ao Poder Executivo declarar como “área de interesse para a proteção ambiental de certas porções do território, a fim de assegurar o bem estar das populações urbanas e conservar, ou melhorar, as condições ecológicas locais” (MORAES, 2004, p. 37). Esta categoria de UC foi originalmente inspirada nos Parques Nacionais de Portugal, da Inglaterra, França, Espanha e nas *Landschaftsschutzgebiet* da Alemanha ou Áreas de Proteção à Paisagem da Alemanha (PROJETO APA, 2012). Com o Decreto 99.274/90, as APAs passam a receber instrumentos legais para definir proibições e restrições para o uso dos recursos naturais contidos nos objetivos de sua criação, e limites geográficos.

Para tanto, a Resolução CONAMA 10/88, dispõe sobre o zoneamento ambiental destas áreas conservadas, assim, esta resolução:

Prevê o estabelecimento de condições para as atividades como projetos de urbanização, atividades agrícolas ou pecuárias, terraplenagem, mineração, dragagem e escavação, de modo a discipliná-las, mas sem desobrigá-las do licenciamento prévio. (MORAES, 2004, p. 38).

No ano 2000, as APAs ganharam força, tanto em melhorias na definição, quanto nas diretrizes para sua gestão, a partir da edição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000), por este dispositivo, as APAs auferiram a seguinte definição:

Uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos e bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. (BRASIL, 2000, p. 7).

As APAs são um instrumento legal comumente usado por estados e municípios para auxiliar no ordenamento territorial, na ocupação humana e principalmente no controle de danos ambientais em áreas de extensiva expansão urbana. Neste sentido, segundo o Ministério do Meio Ambiente – MMA (2008), as APAs abrangem 426.273km² de todo o território nacional, podendo esta área ser bem maior por não considerar as APAs criadas pelo poder municipal.

Tratando-se do bioma amazônico, a categoria APA é uma das mais importantes, por ter em sua finalidade possibilitar o ordenamento da ocupação humana juntamente com a garantia da sustentabilidade do uso dos recursos naturais e também pela ausência de recursos financeiros para realizar desapropriações. Essa característica flexiva se dá devido a sua gestão ter caráter participativo e deliberativo instruído por lei (SANTARÉM, 2003). Ou seja, poder público, organizações não governamentais (ONGs) e a sociedade civil atuam diretamente no processo de elaboração do plano de manejo e do zoneamento ambiental, instrumentos que tem fundamental importância para o gerenciamento da área.

Pelo o que indica a lei do SNUC(2000), as UCs da categoria APA são presididas por órgão da administração pública que faz parte do conselho. Esse conselho pode ser consultivo ou deliberativo, deve ser composto obrigatoriamente por membros do poder público, assim como da sociedade civil organizada. Para realizar a gestão das UCs, o recomendado por lei é o órgão ambiental da administração pública.No entanto, no caso das APAs, por sua flexibilidade e caso sua lei ou decreto de criação permita, poderá ser gerenciada por uma instituição não governamental – ONG ou mesmo associação, desde que a mesma se caracterize como pessoa jurídica e através de um Termo de Cooperação – TAC entre o órgão presidente da UC e a instituição interessada no manejo da área.

Como cada UC é criada por lei ou decreto específico, pode-se afirmar de forma geral que o objetivo da criação de uma APA é assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais da sua área delimitada geograficamente, com ênfase à biodiversidade que se forma pelo conjunto de espécies e ecossistemas de uma região, através da disciplina no processo de ocupação do solo.

Mesmo com todo o esforço, as políticas para criação e manejo das unidades de conservação no Brasil e principalmente na Amazônia, ainda são interpretadas equivocadamente por serem considerados entraves ao desenvolvimento econômico do país. Contudo, esquece-se que cada UC é criada com uma finalidade e que a gestão de cada categoria é mais propensa a exploração de maneira menos impactante possível dos recursos naturais e da ocupação humana.

Nesse sentido, o que se entende é que a sociedade brasileira ainda não consegue perceber a importância de se proteger áreas verdes por ainda não ver seus benefícios, principalmente econômicos e sociais, que estas trazem ao país. As áreas verdes protegidas são, em geral, responsáveis por nascentes de afluentes dos grandes rios, ajudam na captura do carbono, auxiliam no processo de ordenamento e regularização territorial, servem como estoques de recursos madeireiros e não madeireiros (cipós, óleos, sementes, cascas, ervas medicinais e etc.) que, se bem manejados, dificilmente faltarão, além de serem o refugio de muitas espécies em extinção e como espaços importantes para a conservação da biodiversidade. (MEDEIROS E YOUNG, 2011).

Neste primeiro capítulo discutiu-se o processo histórico de criação de UCs no Brasil e no mundo, do ponto de vista de diversos autores que tratam do assunto, trazendo assim breves características de como se deu e como se encontra hoje o processo de criação, gestão e consolidação destas áreas protegidas no país, enfatizando sua importância não somente para a preservação e conservação do meio ambiente, mas também para a sociedade como um todo.

O próximo capítulo apresentará a situação socioeconômica das comunidades que fazem parte da APA Alter do Chão e que ao mesmo tempo se sobrepõem ao PAE Eixo Forte, para que desta forma, se conheça a realidade de algumas das comunidades que fazem parte da APA Alter do Chão.

2 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS COMUNIDADES DA APA ALTER DO CHÃO

O presente capítulo inicia-se apresentando uma breve explanação sobre o processo de criação da APA Alter do Chão, mostrando brevemente, quais foram os motivos e métodos adotados para a escolha da categoria de unidade, seus limites e forma de gestão.

Aqui ainda é descrito localização da APA, sua sobreposição em relação às comunidades do Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE Eixo Forte, informações sobre fatores abióticos da região e os motivos pelos quais as comunidades de São Pedro, São Raimundo, Jatobá e Ponta de Pedras foram escolhidas para a realização da pesquisa de campo, parte deste trabalho, que compõe a caracterização socioeconômica da APA.

Após as discussões que caracterizam a APA e os motivos desta parte da pesquisa, são apresentados à metodologia aplicada para a coleta de dados, os resultados da pesquisa de campo e considerações em relação a cada tópico desta parte do trabalho.

2.1 Breves Considerações sobre o Processo de Criação da APA Alter do Chão

A APA Alter do Chão está localizada no município de Santarém, Distrito de Alter do Chão, Gleba Mojuí dos Campos com o seguinte memorial descritivo:

O limite sul coincide com a divisa entre os Municípios de Santarém e Belterra, partindo do ponto PD-10, situado às margens do lago Jurutuí, à foz do igarapé Jurutuí de coordenadas geográficas aproximadas: latitude 02°32'58"S e longitude 54°58'08"Wgr e no limite norte coincide com a margem direita do rio Tapajós no ponto PD -01, de coordenadas geográficas aproximadas: latitude 02°32'58"S e longitude 54°58'08" Wgr, totalizando um perímetro aproximado de 67.393,10m. (SANTARÉM, 2012).

A área da APA Alter do Chão está mensurada em 16.180 hectares e foi criada pela Lei nº 17.771/03, de 02 de junho de 2003. Esta área abrange além da vila de Alter do Chão, mais seis comunidades, a saber: Caranazal, Jatobá, São Sebastião,

Ponta de Pedras, São Raimundo e São Pedro². Contudo, a discussão para a criação da UC na região, além de levar em consideração fatores ecológicos e sociais, se remete a datas bem anteriores a sua criação.

Para se entender de forma mais sintética o processo de criação (histórico, ecológico e ambiental) desta Unidade, os mesmos estão listados em tópicos, a saber:

- Em 1992 iniciou-se a construção de um prédio de três pisos na vila balneária de Alter do Chão, o que causou indignação nos moradores da vila. “Houve solicitação de embargo, por parte de alguns comunitários (...), mas nada foi conseguido, ou seja, prédio foi construído, o que provocou certa inquietação e preocupação com relação a esta prática começar a ser corrente”. (RENTE, 2006, p. 89).
- Entre os anos de 1997 e 2001, pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA fizeram diversos levantamentos e estudos na intenção de “buscar dentro do patrimônio natural e da socioeconomia local as justificativas necessárias para a proposta de criação de uma UC de Uso Sustentável do tipo Área de Proteção Integral – APA”. (RENTE, 2006, p. 91).
- Pelo o que Informa Mourão (2005, p. 32), em 20 de dezembro de 2001, houve um seminário no centro comunitário de Alter do Chão, organizado pela então Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM/PROECOTUR), cujo objetivo foi discutir e avaliar uma proposta de criação de UC. Neste seminário estavam presentes membros da SECTAM/PROECOTUR, pesquisadores do INPA, Comunitários locais, representantes da sociedade civil organizada, representantes de organizações não governamentais (ONGs), entidades públicas e privadas. Nesta ocasião, a própria comunidade optou por criar uma Área de Proteção Ambiental Estadual no distrito de Alter do Chão, abrangendo parte dos municípios de Santarém e Belterra, cujo nome seria APA Estadual Alter Do Chão (ou seja, seria uma APA regida pelo governo do Estado do Pará)³ com uma área de

² - Com exceção da comunidade de Caranazal, as demais citadas estão inseridas na área do Projeto Agroextrativista do Eixo Forte – PAE Eixo Forte.

³ - Grifos nossos.

aproximadamente 50.000 hectares. Nesta mesma ocasião foram propostos os limites da UC. Ficou decidido ainda que o conselho gestor seria composto por representantes das comunidades abrangidas pela APA, ONGs, instituições públicas e privadas.

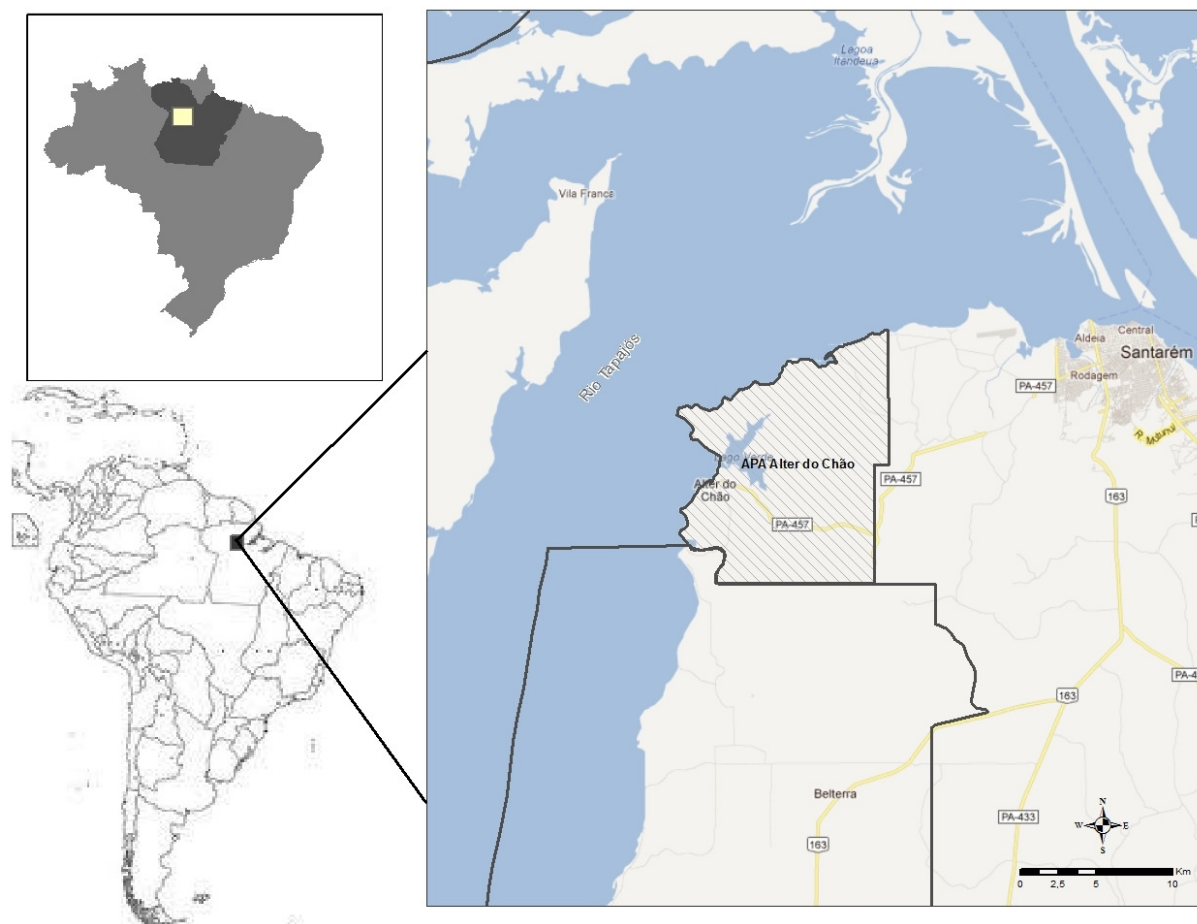
Segundo Albernaz (2001), entre os motivos que foram considerados para optar por criar uma UC pode-se citar:

- ❖ A região contém uma das savanas amazônicas, cerca de 2,5% de toda a região amazônica, que encontram-se pouco preservadas, ou conservadas em Unidades de Conservação;
- ❖ Contém uma formação geológica representativa do Médio Amazonas, conhecida como formação Alter do Chão, e a sua manutenção pode servir para propósitos tanto didáticos, como para a investigação científica;
- ❖ A área possui uma gama de diversidade biológica com diferentes ambientes e conjuntos de espécies em uma pequena área territorial que precisa ser preservada e ordenada visando seu uso de forma sustentável;
- ❖ A região tem um significativo potencial turístico inexplorado ou explorado inadequadamente;
- ❖ Possui organização comunitária atuante.

2.2 Localização

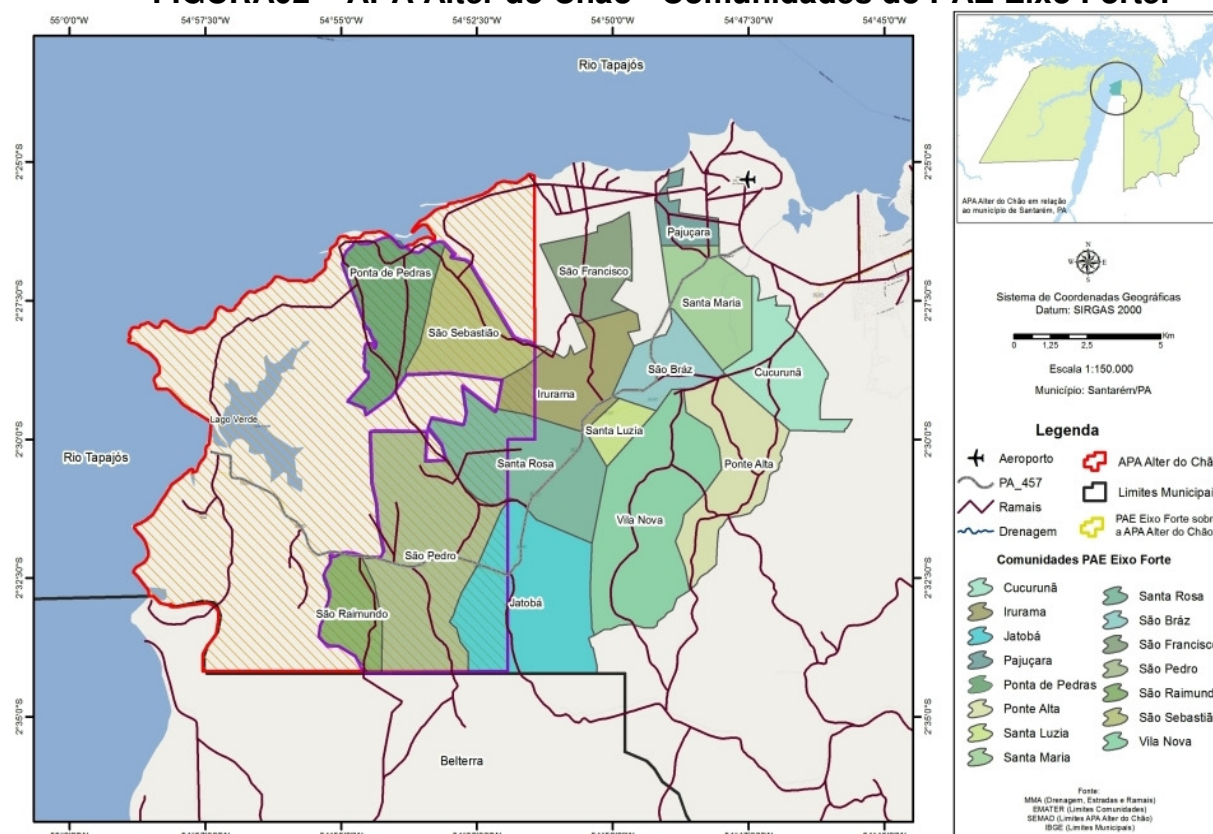
Sua localização segundo Mourão (2005) a APA Alter do Chão tem como limites ao Sul a divisa dos municípios de Santarém e Belterra, especificamente com a APA Aramanaí, ao Norte com a margem direita do Rio Tapajós, ao leste com a gleba Mojuí dos Campos e a Oeste com a margem direita do Rio Tapajós. A FIGURA 01 mostra a localização da APA Alter do Chão em relação ao município de Santarém-PA.

FIGURA01 – Localização da APA Alter do Chão – Município de Santarém-PA.



FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

A APA Alter do Chão se sobrepõe aos limites do Projeto de Assentamento Agroextrativista Eixo Forte (PAE Eixo Forte) onde algumas comunidades integrantes tanto PAE quanto da APA, encontram-se neste sobreposto, a saber: Jatobá, São Sebastião, Ponta de Pedras, São Raimundo e São Pedro. Além destas, parte de outras comunidades encontram-se justapostas aos limites da APA, como é o caso das comunidades de Irurama e Santa Rosa, conforme pode ser visualizado na FIGURA 02.

FIGURA02 – APA Alter do Chão - Comunidades do PAE Eixo Forte.

FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

Levando em consideração as informações citadas nos subcapítulos 2.1 e 2.2, este capítulo vem a levantar dados socioeconômicos das comunidades selecionadas pelo estudo, que são abrangidas tanto pela APA Alter do Chão, quanto pelo PAE Eixo Forte, sendo que a região do Eixo Forte considerava como sua área a vila de Alter do Chão e a Comunidade de Caranazal juntamente com outras comunidades da região.

Com a entrada em vigor da portaria INCRA/SR-30/Nº 44/05, de 20 de dezembro de 2005, sob a matrícula nº 1565, ficha 1565, livro nº 2 do cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santarém/PA as comunidades que ficam no sobreposto entre o PAE e a APA são: Jatobá, São Pedro, Ponta de Pedras, São Raimundo, São Sebastião, parte de Irurama e Santa Rosa, conforme proposta de delimitação da área de cada comunidade integrante do PAE Eixo Forte. (EMATER-PA, 2011)

Assim, das comunidades selecionadas para a realização deste trabalho, que fazem parte da APA e ao mesmo tempo do PAE Eixo Forte, para a aplicação dos questionários são: São Raimundo, São Pedro, Jatobá e Ponta de Pedras e se deram pelos três motivos mencionados abaixo:

1° - A região da vila de Alter do Chão e do Caranazal já possuem inúmeros estudos e pesquisas acadêmicas, tanto que pelo o que se vem discutindo; preservar Alter do Chão foi um dos principais motivos para a criação da APA, e é a região onde mais se centralizam as discussões e envolvimento da população;

2° - As demais comunidades não apresentam representação/participação notória no processo de consolidação e gestão da Unidade, pelo o que indicam as obras acadêmicas disponíveis sobre a APA, além de ter uma carência de estudos socioeconômicos e ambientais sobre estas. Logo, tem-se este como motivo relevante para delimitar como área de estudo;

3° - A delimitação da área de estudo deste capítulo também se dá por as comunidades escolhidas estarem inseridas no espaço geográfico tanto da APA Alter do Chão, quando do PAE Eixo Forte, além do que, entende-se que estas comunidades por fazerem parte do PAE podem ter maior autonomia para conseguir contribuições no que tange a benefícios sociais, econômicos, culturais e ambientais.

Desta forma, o universo de pesquisa, quanto às questões relevantes as comunidades escolhidas para o estudo, atingirão um número aproximado de 83 famílias, assim distribuídas: São Pedro (20), Jatobá (21), São Raimundo (10), Ponta de Pedras (32). (EMATER-PA, 2011, p. 81). Considerando a soma total de famílias das quatro comunidades, foram aplicados e tabulados para descrição 25 questionários. A escolha dos entrevistados foi feita de forma aleatória e o questionário apresenta questões quantitativas e qualitativas.

2.3 Fatores Abióticos

A região onde se localiza a APA Alter do Chão é de grande diversidade ambiental, e que não se limita apenas a APA. Considerando a extensão da área estudada e que suas características abióticas não se limitam somente a mesma, optou-se por trazer informações gerais dos fatores abióticos da região, apresentando dados sobre a geomorfologia, a geologia, o clima, o solo, a hidrografia e a vegetação no que tange à APA.

2.3.1 Geomorfologia

No que se refere à geomorfologia, Nascimento (1976 apud SANTOS et al, 1999) afirma que na área são identificadas duas formas geomorfológicas em destaque: Planície Fluvial e Planalto Rebaixado da Amazônia.

Ainda segundo este autor, a planície fluvial está representada pelas aluviões recentes e sub-recentes do rio Tapajós (praias e/ou barras fluviais além do terço). O planalto rebaixado da Amazônia é a feição geomorfológica mais predominante apresentando duas paisagens principais: O nível mais elevado, situado entre as altitudes médias de 80 a 100 metros, correspondendo a elevações isoladas de topo plano e suavemente convexo em forma de Platô. A outra paisagem é topograficamente mais baixa, compreendo uma superfície continua plana e suavemente ondulada, formada devido à erosão dos platôs, e está relacionada à savana.

2.3.2 Geologia

A geologia, de acordo com Santos et al (1999,p. 8) na área predomina os “clásticos” da Formação Alter do Chão, de “idade Cretáceo Superior/Terciário”. As aluviões quaternárias distribuem-se, formando contínuas faixas durante a estiagem, e parcialmente ou totalmente submersas no período das cheias, constituem-se principalmente por areias e cascalhos com argilas subordinadas.

Utilizou-se o termo Formação Alter do Chão pela primeira vez para denominar um conjunto de rochas que foram identificadas durante a perfuração do poço 1-AC-1-PA (PETROBRAS) que recobre a sequência paleozoica da Bacia Sedimentar do Amazonas (SANTOS, et al, 1999).

A formação homônima, em sua parte superior constitui uma sequência predominantemente arenosa, com intercalações argilosas. Os arenitos variam de finos a grossos, conglomeráticos, esbranquiçados a avermelhados, friáveis, caulínicos, com intercalações de argilas avermelhadas a mosqueadas. Às vezes, os arenitos mostram conspícuas estruturas sedimentares, como as estratificações cruzadas, acanaladas e cruzadas tabulares, de pequeno porte, que podem ser observadas em um morro situado próximo a entrada da vila. (SANTOS et al, 1999, p.9).

2.3.3 Clima

O clima dominante na região é quente e úmido, característico das Florestas Tropicais. Não está sujeito a mudanças significativas de temperatura devido sua proximidade da linha do equador. A temperatura média anual varia de 25° a 28°, com umidade média do ar de 86%. (SANTARÉM, 2012).

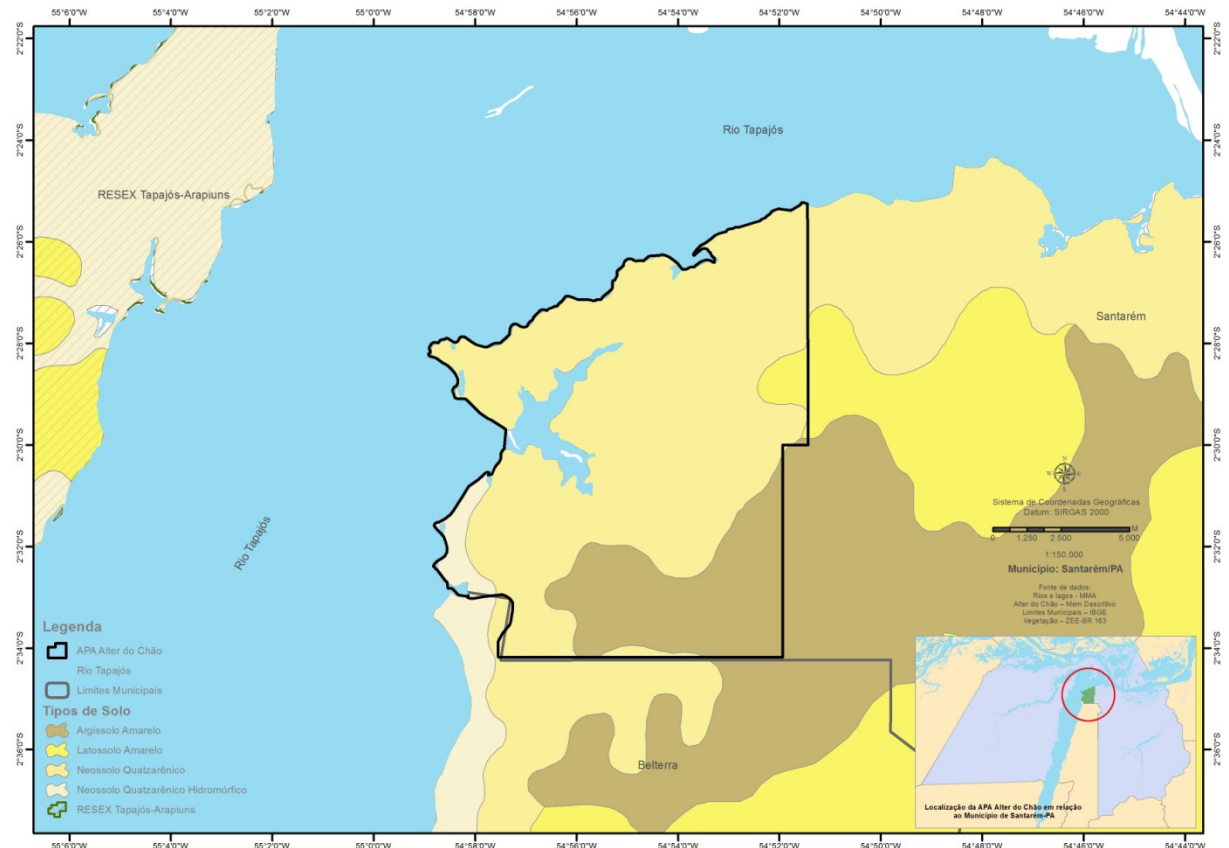
A precipitação pluvial média anual é de 1920 mm, com maior intensidade no chamado período de “inverno”, que ocorre de dezembro a maio, quando a precipitação média anual varia de 170 mm a 300 mm. Nos meses de junho a novembro ocorre o período mais seco, correspondente ao “verão” regional. Neste período, ocorrem as menores precipitações pluviais registradas na região, com valores médios inferiores a 60 mm, entre os meses de agosto a outubro. (SANTARÉM, 2012).

Segundo o Plano de Desenvolvimento do Assentamento Eixo Forte (EMATER-PA, 2011), em termos de classificação climática, a região encontra-se sob o tipo climático Am da classificação de Köppen. O tipo Am pertence ao domínio de clima tropical, caracterizado por apresentar total pluviométrico anual elevado e moderado período de estiagem.

2.3.4 Solo

Albernaz, et al (1999) refere que a área apresenta latossolo amarelo distrófico e areias quartzosas distróficas. Com base em estudos realizados na Savana de Alter do Chão, afirma que seu solo é arenoso, com baixa quantidade de nutrientes a alta concentração de alumínio, sendo, portanto pouco fértil e pouco próprio para atividades agrícolas.

As Areias Quartzosas são solos formados pela decomposição de arenitos, sendo encontrados nas partes mais baixas do município, ao redor da sede e por toda a extensão das margens do rio Tapajós. (SANTARÉM, 2012). A FIGURA 03 apresenta as diferentes estruturas de solo na área da APA.

FIGURA 03 – Solo

FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

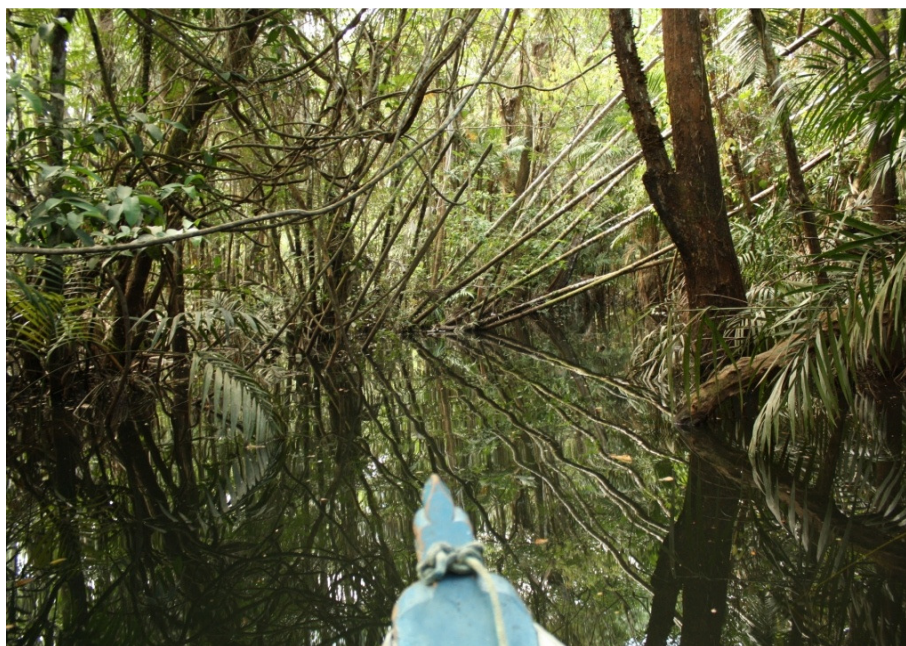
2.3.5 Hidrografia

SANTOS et al (1999) afirmam que a região de Alter do Chão localiza-se na margem direita do rio Tapajós, sendo que em frente a vila, o referido rio tem uma largura de 15 Km. A vila está situada na confluência deste rio com o lago Verde, sendo separados por uma “barra fluvial” conhecida popularmente por “ilha” que aparece na estiagem (atingindo até 1 km de extensão) e fica submersa na época da cheia.

Ainda segundo esses autores, o lago Verde (via fluvial com aproximadamente 587 hectares) contorna as porções norte e leste da vila de Alter do Chão e, na realidade é constituído por dois cursos d’água com geometria peculiar em forma de “V”, cujo vértice volta-se para oeste, desaguando no rio Tapajós. A drenagem maior tem 5 km extensão e largura máxima de 1 km, corre de nordeste para sudeste e representa o baixo curso do igarapé do macaco. O outro curso d’água é um pouco menos extenso (4 km), corre de sudeste para noroeste e constitui o baixo curso do igarapé Cuicuera, atingindo largura máxima de 1 km.

Além do Lago Verde há vários outros lagos permanentes, como o lago da Piranha, Caruari, Pirarucurí, Jacundá e Igarapés como do Sonrizal e do Jatuarana. No período da cheia, as praias e a barra fluvial somem e dá origem a outra paisagem, formando as áreas de igapó, como é o caso da Floresta Encantada nas proximidades da comunidade do Caranazal. Abaixo a FOTO 01 apresenta vista interiorana da Floresta Encantada, Comunidade de Caranazal.

FOTO 01 – Vista do interior da Floresta Encantada



FONTE: Renato Goes, 2010.

2.3.6 Cobertura Vegetal

A região onde está localizada a APA Alter do Chão apresenta uma grande variação de tipos de grupos de cobertura vegetal, variando principalmente por influência do tipo de solo e da hidrografia. Segundo o sítio eletrônico da Prefeitura de Santarém (SANTARÉM, 2012) a região de vegetação nativa no município de Santarém atinge 16.882 km², ou 63,66% da área total do município. Assim sendo, os principais tipos de cobertura vegetal são:

Floresta Densa de Terra Firme - Formação típica da região Amazônica é também conhecida como floresta tropical chuvosa. É caracterizada por suas grandes árvores, geralmente com uma ou duas espécies que se sobressaem ao estrato arbóreo uniforme, entre 25 a 35 m de altura. Ocorre, principalmente, nas porções sul, sudeste e sudoeste do município e, em menor escala, nas demais regiões.

Floresta Aberta com Cipoal - Floresta rala, apresentando poucas árvores, normalmente envolvidas por cipós, de baixa altura, raramente ultrapassando 20 m. Dentro desse tipo de floresta costumam ocorrer manchas de Floresta Densa. Concentra-se na parte centro sul do município, ao longo da rodovia BR-163.

Floresta Aberta com Palmeiras - É uma formação mista de palmeiras e de árvores latifoliadas bem espaçadas, de altura bastante irregular (entre 10 a 25 m), apresentando agrupamentos de palmeiras nos vales rasos e concentrações de leguminosas nas superfícies aplainadas. Maior concentração a nordeste e pequena porção no Centro do Município.

Além destas três principais formas de cobertura vegetal, há também a de savana (também chamada de cerrado ou campos naturais) que é uma das principais causas para a delimitação da APA Alter do Chão. Neste sentido, as regiões de savana que se encontram nos limites do município de Santarém e mais possivelmente visível nas proximidades da vila de Alter do Chão, caracteriza-se tal tipo de vegetação como aquela que:

Corresponde àquelas áreas quase totalmente desprovidas de vegetação, onde ocorrem somente tipos arbustivos, tortuosos e de pequeno porte, além de gramíneas. Compreende cerca de 314,25 km² de superfície, o que representa 1,18% da área do município. Está bem caracterizado na porção setentrional da área, próximo às desembocaduras dos rios Tapajós (incluindo parte da belíssima região de Alter do Chão) e Arapiuns, bem como a nordeste da ilha do Tapará, próximo à divisa com o município de Monte Alegre, assim como na região do Lago Grande do Curuai. As áreas de cerrado (ou campos naturais) apresentam ausência quase que total de vegetação, solos de baixa fertilidade, extremamente arenosos, denominados areias quartzosas. Em geral, constituem paisagens de grande beleza natural, com potencial para o setor de turismo. (SANTARÉM, 2012).

A FOTO 02 apresenta a vegetação de savana ou campos amazônicos na região da comunidade São Pedro, sendo que a FOTO 03 mostra a vegetação de igapó no período de seca nas proximidades do lago Verde, na comunidade do Caranazal.

FOTO02 - Vegetação de savana.**FOTO03 – Vegetação de igapó.**

FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

Ainda sobre a vegetação de savana, o Museu Emilio Goeldi afirma que:

Além da vegetação florestal, ocorrem na Amazônia enclaves de vegetação de savana. Essa vegetação pode em geral ser classificada em campos de terra-firme, de origem terciária ou quaternária, e campos inundáveis, que podem ser campos marginais de várzeas ou campos interioranos. (MPOG, 2012).

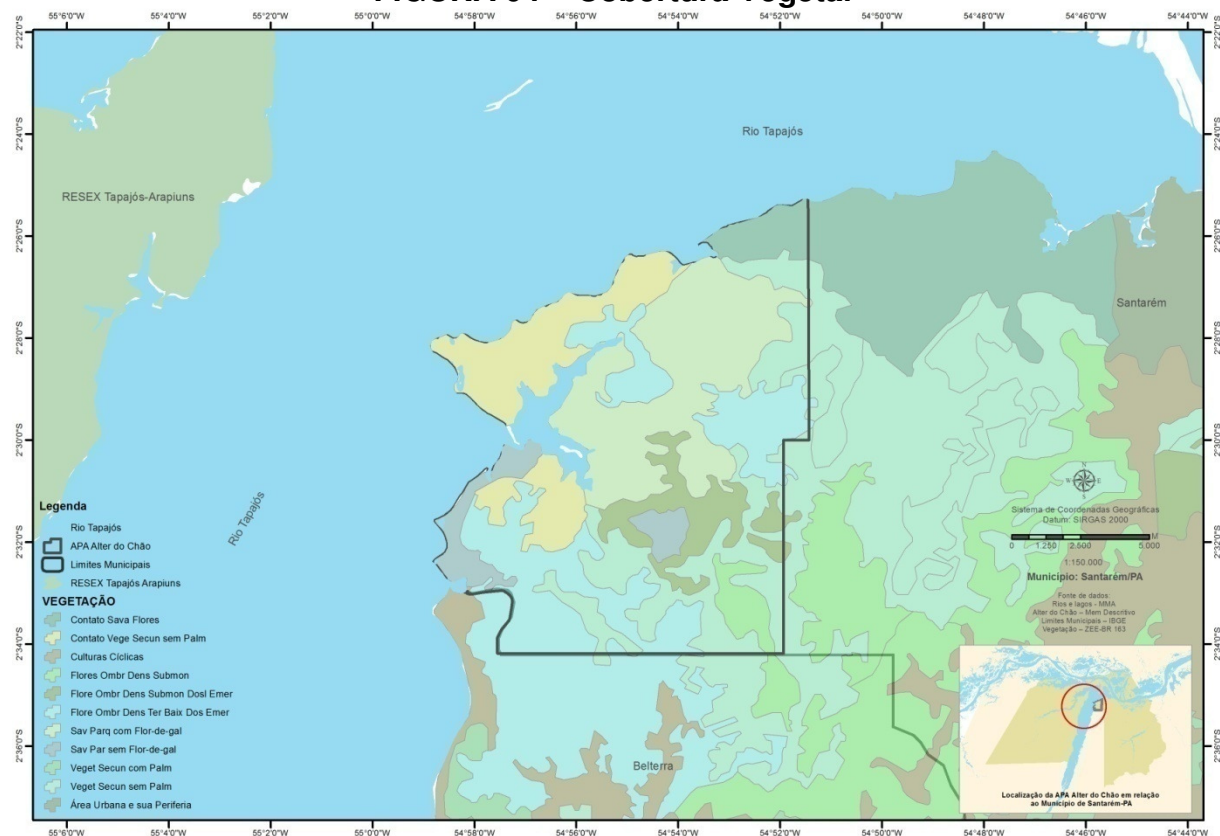
Várzea e Igapó – A região de várzea está:

Localizada na porção setentrional do município, representa aquelas áreas submetidas temporariamente às inundações do rio Amazonas e afluentes, formados pela justaposição de ilhas, diques marginais, cordões fluviais, etc., os quais, em conjunto com os lagos ali existentes, compõem um típico "padrão anastomótico". (SANTARÉM, 2012).

Ainda sobre as florestas de várzea e igapó, pode-se afirmar que:

Cerca de 15% da Amazônia é ocupada pelos rios ou inundada em caráter permanente ou sazonal. As constatações de que o nível de fertilidade dos rios refletia na vegetação, levou a maioria dos botânicos a adotar o critério "cor dos rios" para separar as florestas inundadas em várzea e igapó. Assim, são denominadas de florestas de várzea as florestas sujeitas a inundação pelos rios de água branca, e florestas de igapó, as florestas inundadas por rios de água clara ou preta. A floresta de várzea é caracterizada pela maior riqueza em nutrientes. Enquanto o igapó é caracterizado pela acidez e pobreza de nutrientes. (MPOG, 2012)

A FIGURA 04 apresenta as diferentes formas de cobertura vegetal encontradas na da região onde se localiza a APA Alter do Chão.

FIGURA 04 – Cobertura Vegetal

FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

2.4 Caracterização Socioeconômica das Comunidades Pesquisadas: uma breve análise

Durante o período de 01 a 31 do mês de outubro foi realizada a aplicação do questionário direcionado aos moradores das comunidades compreendidas pela APA Alter do Chão e pelo PAE Eixo Forte. Os procedimentos metodológicos adotados para condicionar as informações foram amostragem aleatória, sendo que, de um total de 83 famílias, segundo documento não publicado Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA Eixo Forte, foram entrevistadas 25 famílias, ou seja, mais de 35% do total de famílias da área selecionada para estudo.

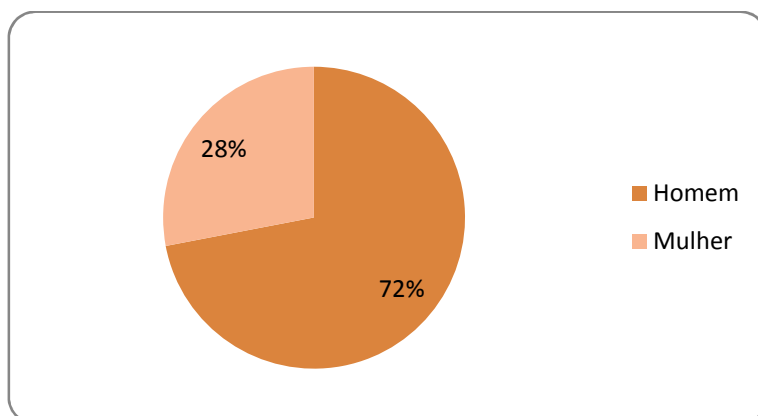
Essa parte da pesquisa foi realizada nas comunidades de São Pedro, São Raimundo, Jatobá e Ponta de Pedras onde a intenção foi coletar dados relacionados à socioeconomia local e questões relevantes à APA. O questionário contém perguntas quantitativas e qualitativas. Houve ainda uma subdivisão em relação ao questionário. Estas são: 1 – Identificação; 2 – Dados de Infraestrutura,

Socioeconômicos e Ambientais; 3 – Saúde Pública e; 4 – Meio Ambiente, Qualidade de Vida e Unidade de Conservação.

2.4.1 Identificação

Os entrevistados se dividiram quanto gênero em 72% mulheres e 28% homens como se observa no Gráfico 01.

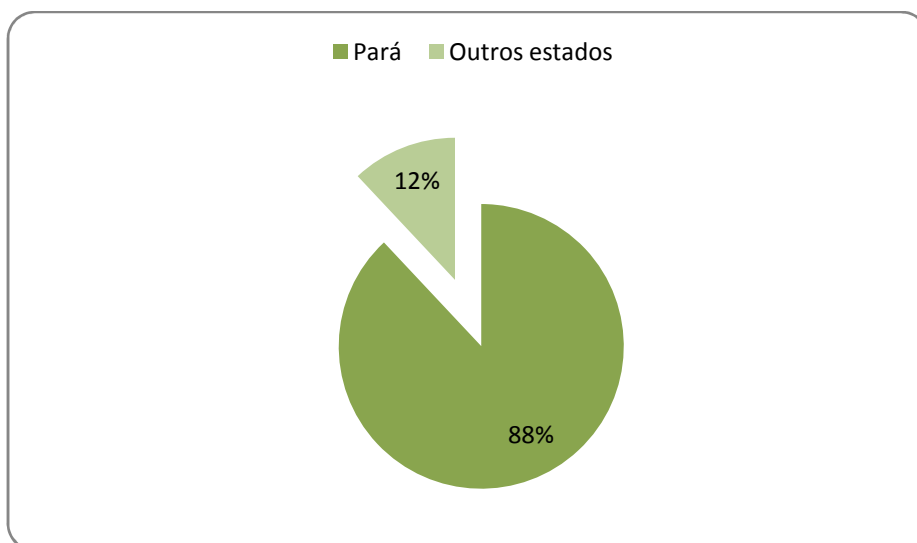
GRÁFICO 01 - Gênero



FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

Do total de entrevistados, 88% são naturais do estado do Pará (Santarém e Belterra) e 12% são naturais de outros estados. Assim mostra o Gráfico 02.

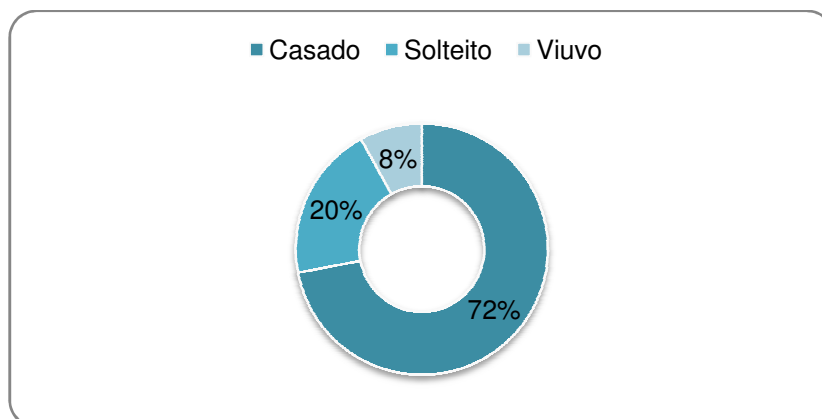
GRÁFICO 02 - Naturalidade



FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

Quanto ao estado civil 72% se declararam casados, 20% viúvos e 8% solteiros, como se vê no Gráfico 03. O tempo de moradia na comunidade é de 26 anos em média.

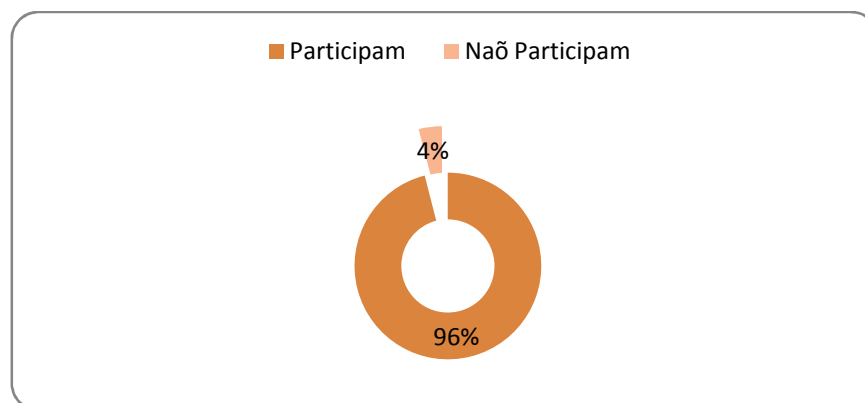
GRÁFICO 03 – Estado Civil



FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

Das atividades sociais (reuniões comunitárias e festividades) 96% declarou participar ativamente, enquanto que apenas 4% afirmou não participar. O Gráfico 04 representa este percentual.

GRÁFICO 04 – Participação em Atividades Sociais



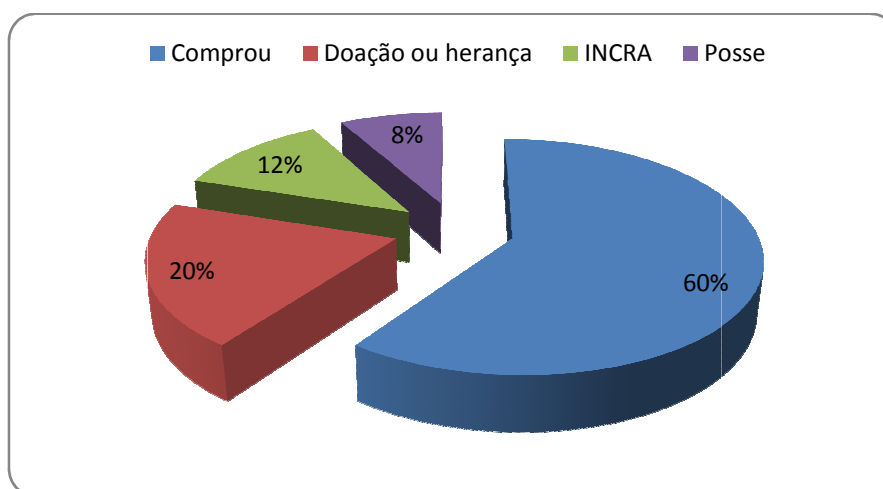
FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

Nota-se, durante a pesquisa, que a maior parte da população entrevistada foi de mulheres. Porém, esta diferença pode ser menor, devido às entrevistas serem realizadas nas casas dos comunitários. Quanto à naturalidade, fica evidente que a maioria é natural do Pará e nascidos na cidade de Santarém. Deve-se destacar ainda aqui o tempo de moradia e o índice de envolvimento é inerente às atividades da comunidade, devido o tempo de permanência na mesma localidade.

2.4.2 Dados de Infraestrutura, Socioeconômicos e Ambientais

Em relação aos lotes e terrenos dos entrevistados o tamanho varia entre 10x30m e 500x1000m, sendo que destes terrenos, 60% afirmaram ter comprado, 20% disseram receber o terreno como doação ou herança, 12% ganharam o terreno do INCRA e 8% declararam tomar posse do terreno ou lote. O Gráfico 05 representa a forma de aquisição dos lotes.

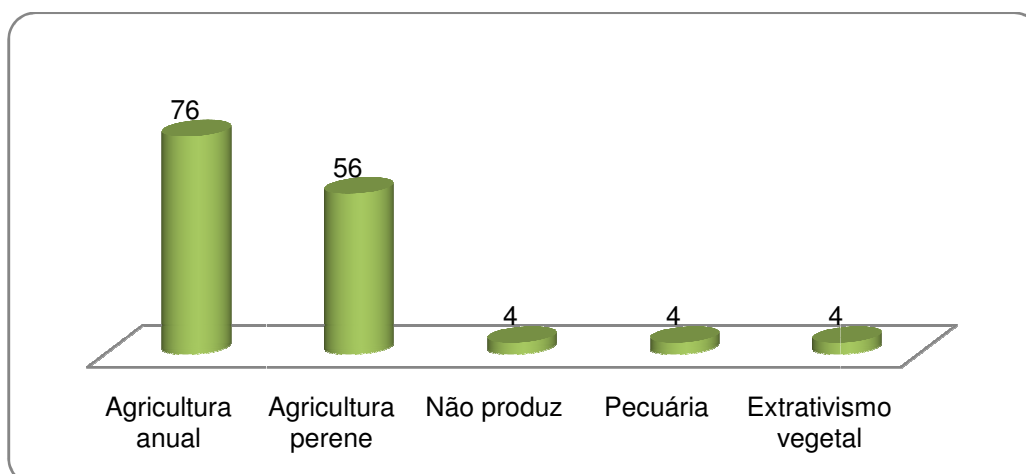
GRÁFICO 05 – Aquisição de Lote/Terreno



FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

Independente da forma como os lotes foram adquiridos, 100% dos entrevistados possuem casa própria. Ainda em relação aos lotes, a produção ficou dividida entre 76% agricultura anual; 56% agricultura perene; 4% não produz; 4% pecuária; 4% extrativismo vegetal, como mostrado no Gráfico 06.

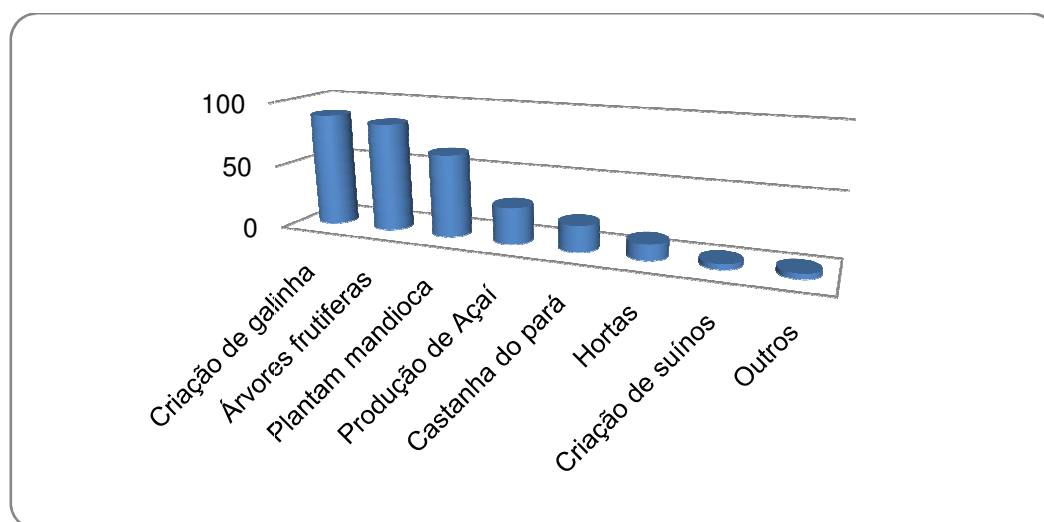
GRÁFICO 06 – Produção dos Lotes (%)



FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

Sobre a produção da agricultura familiar 88% afirmaram criar galinha; 84% têm árvores frutíferas nos lotes ou terrenos; 64% plantam mandioca para fazer farinha; 28% plantam e colhem açaí; 20% realiza coleta de sementes de castanha-do-pará; 12% têm hortas; 4% criam suínos e 4% tem outro tipo de atividade de agricultura familiar, como se vê no Gráfico 07.

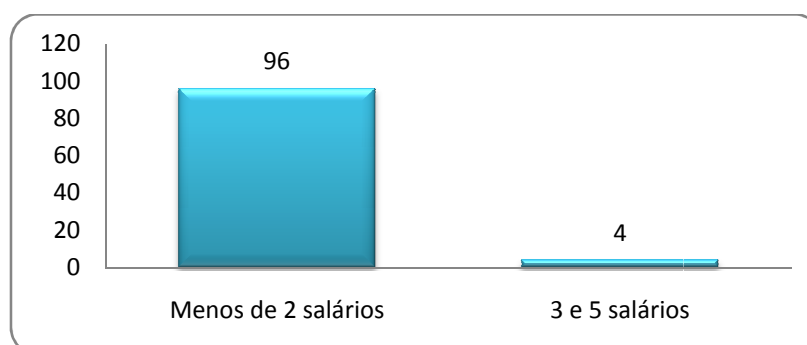
GRÁFICO 07 – Agricultura Familiar (%)



FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

Sobre a renda familiar 92% declararam receber menos de 2 (dois) salários mínimos; 8% declararam receber entre 3 e 5 salários mínimos por mês. No caso de ter algum vínculo empregatício, 72% declararam não possuir vínculo empregatício; 24% afirmaram possuir vínculo empregatício sem carteira assinada e apenas 4% disseram trabalhar com carteira assinada. Dos entrevistados que declararam possuir algum tipo de vínculo empregatício, 96% trabalham na própria comunidade ou em comunidades vizinhas e apenas 4% na cidade. O Gráfico 08 apresenta a renda familiar dos comunitários entrevistados.

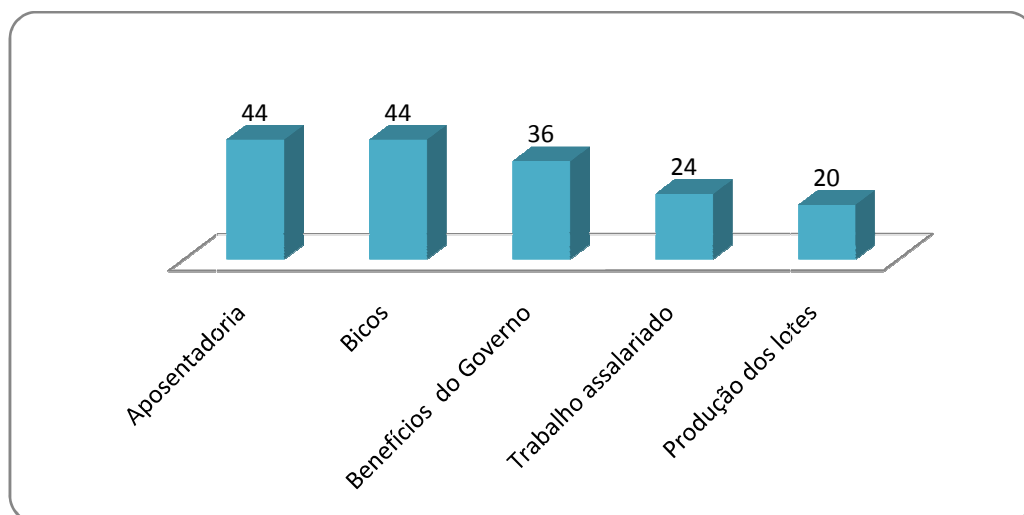
GRÁFICO 08 – Renda Familiar (%)



FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

Pode-se observar no Gráfico 09 que a composição da renda das famílias é formada por 44% aposentadoria e 44% bicos; 36% benefícios do Governo (Bolsa Família, Bolsa Escola e etc.); 24% por trabalho assalariado e 20% por venda de produtos do lote.

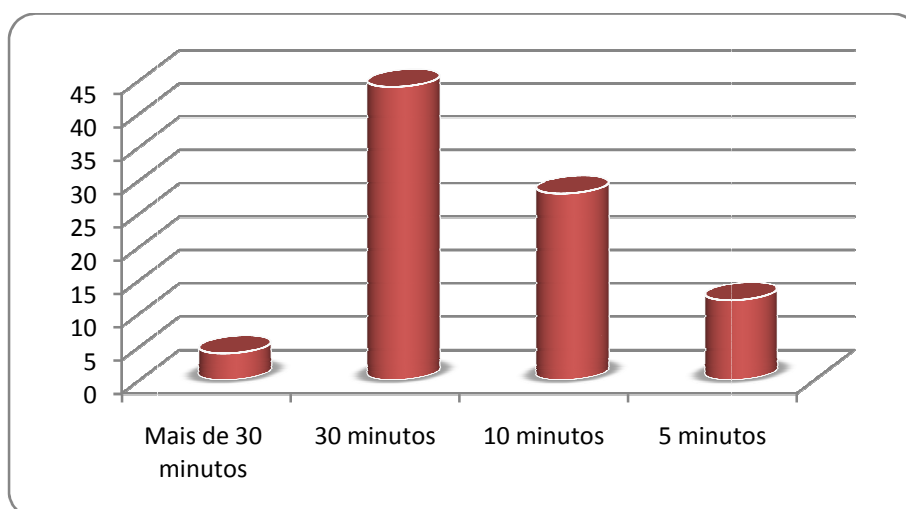
GRÁFICO 09 – Composição da Renda Familiar (%)



FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

Todas as comunidades visitadas tem escola pública que oferecem aulas para turmas de 1º a 4º série. Em relação ao tempo que os alunos levam ao sair de suas residências até a escola, os resultados foram os seguintes: 44% levam até 30 minutos; 28% levam até 10 minutos para realizar o percurso; 12% até 5 minutos e 4% mais de 30 minutos. O Gráfico 10 demonstra o tempo estimado que os alunos levam para chegar a escola.

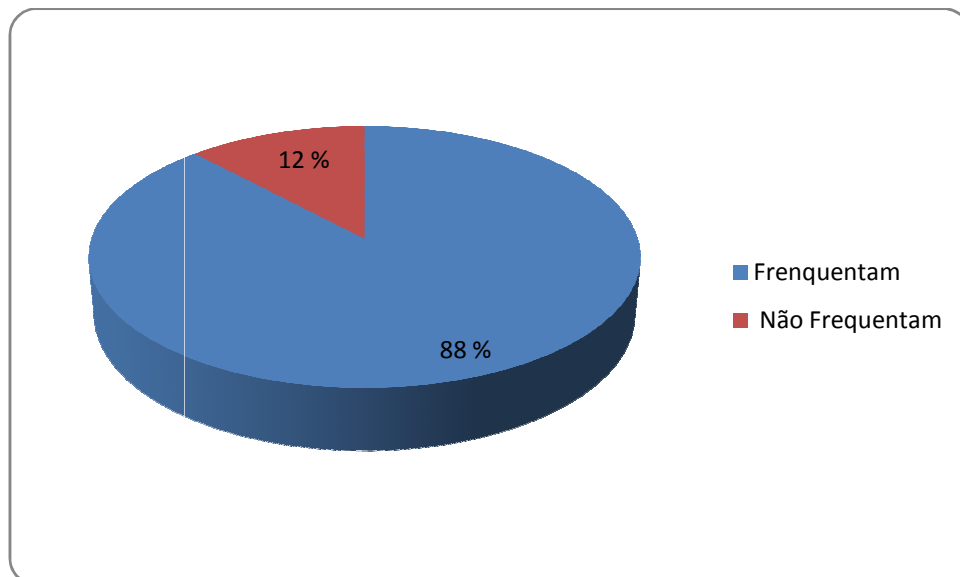
GRÁFICO 10 – Tempo estimado para chegar à escola (%)



FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

Das famílias entrevistadas, 12% não tinham familiares frequentando a escola, e 88% frequentam a escola. O Gráfico 11 demonstra esse percentual.

GRÁFICO 11 – Frequência Escolar (%)



FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

Vale ressaltar que apesar de todas as comunidades pesquisadas possuírem escola, a exemplo da Foto 03 que mostra a Escola da Comunidade de Jatobá, a maioria dos alunos (44%) estuda em escolas ou de Alter do Chão, ou da Comunidade de São Bráz, por oferecerem níveis de escolaridade maior (4° a 8°) sendo que os que continuam a estudar acabam por se matricular na cidade de Santarém.

FOTO 04 – Escola Municipal da Comunidade Jatobá.



FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

Quanto à questão da renda se verifica que as comunidades pesquisadas não apresentam muitas atividades empregatícias, e que a maioria dos trabalhadores trabalha na informalidade, mesmo os que têm emprego fixo. A composição da renda a partir da produção dos lotes também é baixa. No entanto, pode-se afirmar que a produção sendo para consumo próprio reduz custos quanto a despesas com alimentação. Porém há falta de incentivo para aumentar e escoar a produção, além de infraestrutura, levando, desta forma, a baixa da renda dos comunitários.

GRÁFICO 12 – Condições de acesso às comunidades e residências (%)

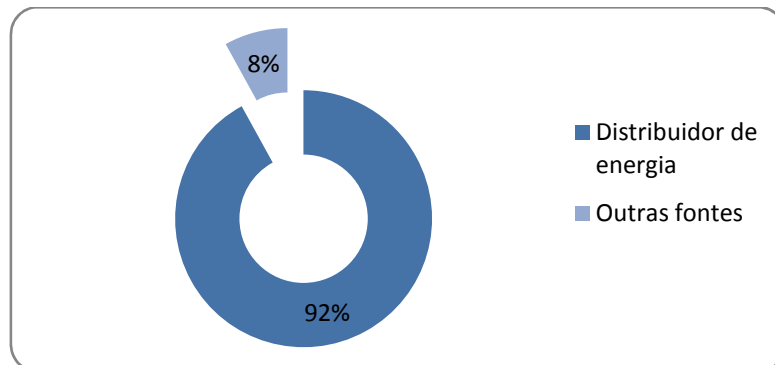


FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

Conforme mostra o Gráfico 12, quanto ao acesso às comunidades, 56% das famílias entrevistadas tem acesso por estrada não é pavimentada e 44% tem acesso via estrada pavimentada.

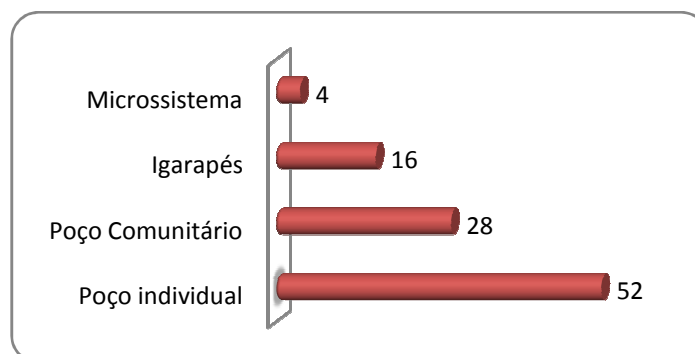
Ainda sobre esta questão, 16% dos comunitários consideram ruins as estradas e ramais que dão acesso a comunidades e residências, e 84% consideram em boas condições de trafegabilidade as estradas de acesso às comunidades. Neste ponto vale destacar que a pesquisa foi realizada no período do verão (seca) e que é unanime a opinião quanto à péssima trafegabilidade dos ramais durante o período de chuva (inverno), não se devendo considerar tal ressalva aos trechos pavimentados.

De todos os entrevistados, 92% responderam receber energia elétrica em suas residências diretamente do distribuidor de energia, no caso a REDE CELPA (Centrais Elétricas do Pará S/A), e 8% afirmaram ter acesso à energia elétrica de outras fontes. Assim representado pelo Gráfico 13.

GRÁFICO 13 – Fonte de Energia Elétrica (%)

FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

Em relação à origem da água consumida nas residências entrevistadas, 52% disseram ter poço individual (Foto 05), 28% recebem água de poço comunitário, 16% coletam água nos igarapés (Foto 06), lagos ou rios da região e 4% recebem água do microssistema de abastecimento, como se vê no Gráfico 14.

GRÁFICO 14 – Acesso a Água para Consumo (%)

FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

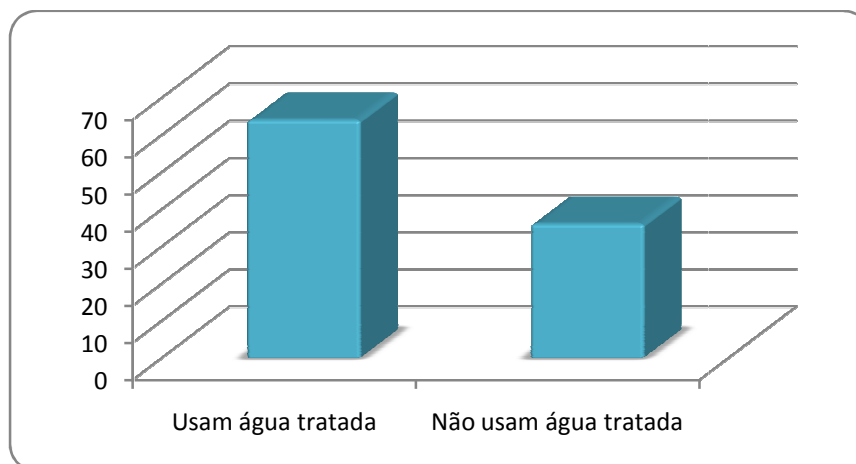
FOTO05 – Sistema de poço individual. FOTO 06: Uso de água de igarapé.

FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

Com a intenção de saber se a água consumida nos domicílios recebe algum tipo de tratamento, 64% dos entrevistados afirmaram fazer algum tipo de tratamento

antes de consumir a água. Porém, 36% disseram que não realizam tratamento algum da água antes de consumi-la. O Gráfico 15 apresenta o percentual de uso de água tratada pelas famílias entrevistadas.

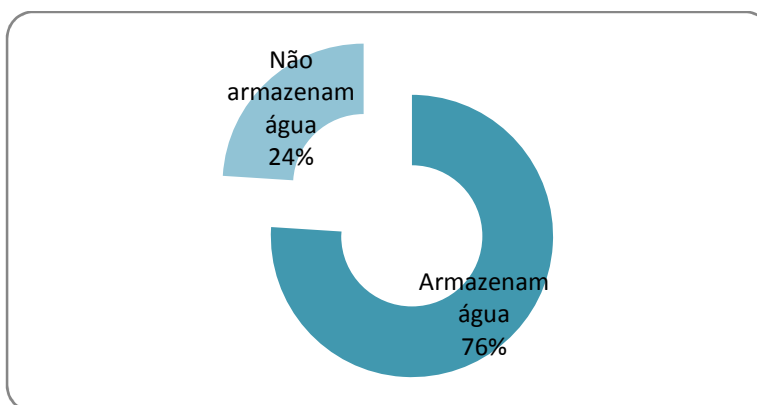
GRÁFICO 15 – Uso de água tratada (%)



FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

Ainda em relação ao tratamento da água antes do consumo, dos entrevistados que afirmaram fazer algum tipo de procedimento para melhorar a qualidade da água, 75% disseram que usam hipoclorito distribuído por agentes de saúde ou que pegam em postos de saúde, 12,5% usam filtros, 6,25% fervem a água antes de consumir e 6,25% apenas coam⁴ a água antes do consumo.

GRÁFICO 16 – Armazenamento de Água (%)



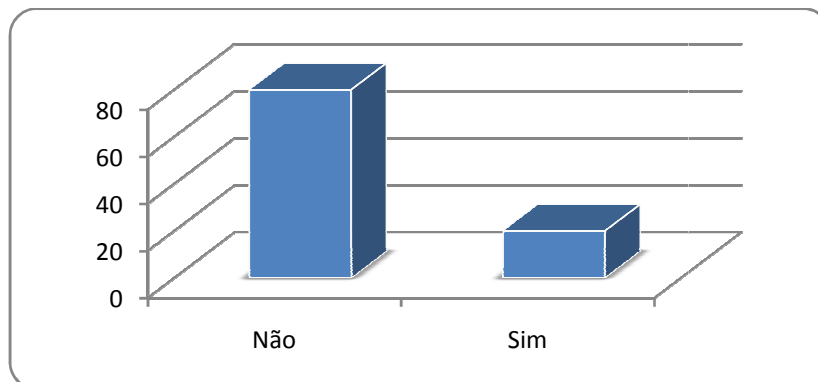
FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

O Gráfico 16 apresenta o percentual sobre o armazenamento de água nos domicílios domésticos, onde 76% dos entrevistados responderam ter caixa d'água com essa finalidade e 24% não possuem caixa d'água. Sobre a falta de água 80%

⁴ - Coar: fazer passar a água por algum tipo de coador, filtro para tirar a sujeira da água antes de consumi-la.

afirmaram não ter esse problema, sendo que 20% afirmaram ter problema de falta de água e que quando falta, pegam com vizinhos, conforme mostra o Gráfico 17.

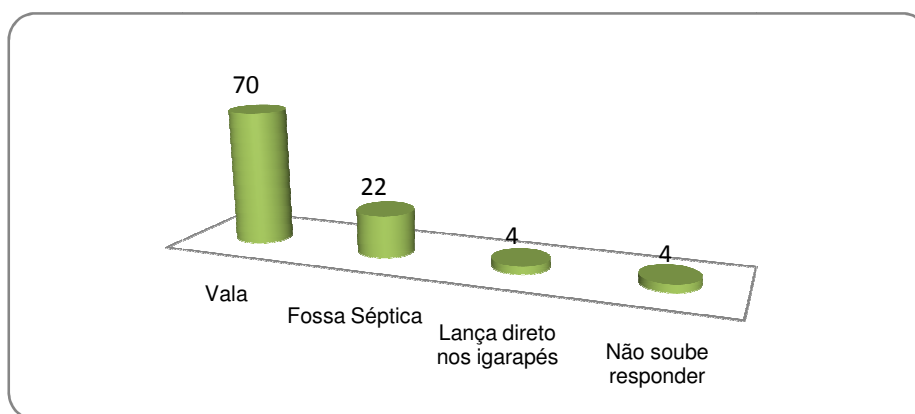
GRÁFICO 17 – Problemas de Falta de Água (%)



FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

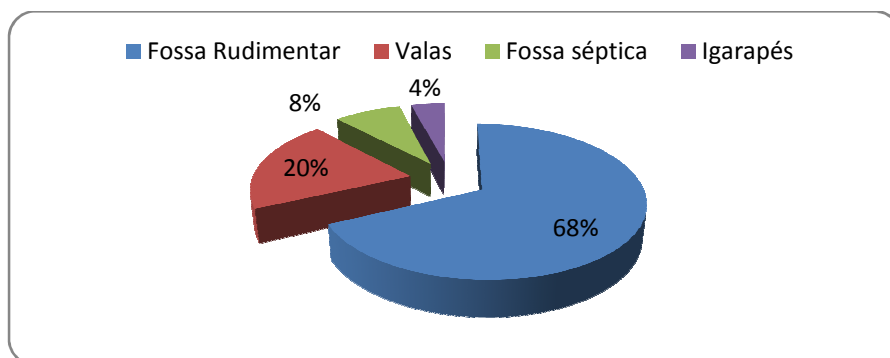
Em relação à existência de tratamento de esgoto na comunidade em que residem, 100% dos entrevistados alegaram não ter sistema de esgoto. Assim, como se observa no Gráfico 18, o destino do esgoto dos domicílios se dá em 70% do esgoto gerado nas residências vão para a vala, 22% para fossa séptica, 4% lança direto em rios, lagos ou igarapés próximos, 4% não soube responder.

GRÁFICO 18 – Destino do esgoto dos domicílios (%)



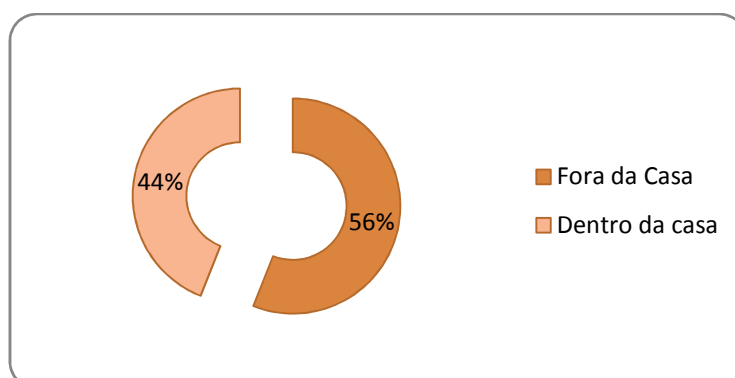
FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

A respeito do destino dado ao esgoto dos banheiros dos domicílios domésticos, 68% disseram ter fossa rudimentar, sendo que 20% afirmaram usar valas, 8% possuem fossa séptica e 4% lançam os dejetos diretamente nos rios, lagos ou igarapés próximos às residências, como se vê no Gráfico 19.

GRÁFICO 19 – Destino do Esgoto do Banheiro

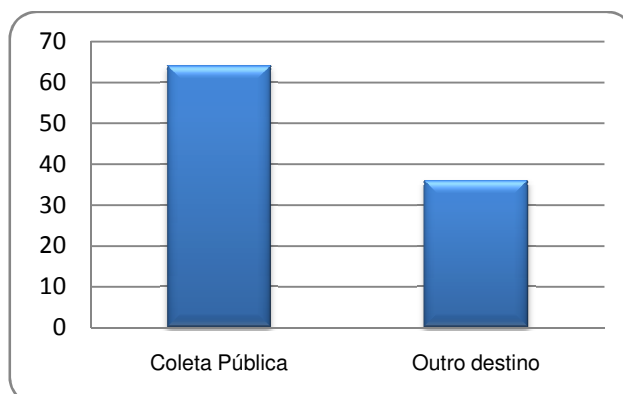
FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

O Gráfico 20 mostra o percentual quanto ao banheiro do domicílio ser dentro ou fora da casa: 56% das residências visitadas possuem o banheiro fora da casa e 44% têm banheiro dentro das casas.

GRÁFICO 20 – Banheiro dos domicílios

FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

No que diz respeito à coleta de lixo domiciliar, o Gráfico 21 indica que, 64% das famílias entrevistadas afirmaram que na comunidade onde mora o lixo é coletado pelo serviço de limpeza pública e 36% dão outro destino ao lixo.

GRÁFICO 21 – Destino do Lixo

FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

Das famílias entrevistadas que afirmou não serem contempladas pela coleta pública de lixo domiciliar 100% praticam a queima do lixo.

Nesta parte da pesquisa verifica-se que as áreas dos comunitários foram, em sua maioria, compradas, herdadas e empossadas. Nota-se ainda que a agricultura familiar se concentra basicamente em três pontos: criação de galinhas, árvores frutíferas e plantação de mandioca.

Porém produção familiar tem apenas uma pequena parcela quanto à composição da renda das famílias, sendo que está se dá principalmente por vínculos empregatícios indiretos, como bicos e prestação de pequenos serviços, geralmente na própria comunidade, tendo ainda como contribuição os benefícios do governo federal (Bolsa Família, Bolsa Escola e etc.) e aposentadoria. Neste sentido, a renda familiar é no máximo dois salários mínimos.

Em relação à frequência escolar, se evidencia que há um ótimo percentual de alunos frequentando a escola e que todas as comunidades visitadas têm escolas. Tempo que os alunos levam para chegar à escola é de no máximo de 30 minutos, e isso se dá por que muitos alunos, por estarem em graus de escolaridade mais avançados que o oferecido pelas escolas de suas comunidades, buscam estudar em escolas de outras localidades, como Alter do Chão e São Braz.

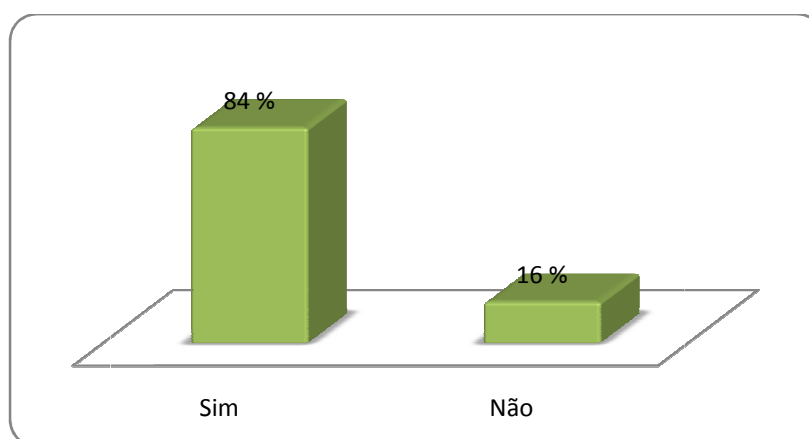
Sobre o acesso as comunidades, para os comunitários, são consideradas bom, mesmo que a estrada de acesso não seja pavimentada. Além disso, todos os comunitários tem acesso à energia elétrica, mesmo que uma pequena parcela não tenha acesso à rede pública de energia.

Tratando do acesso a água, a maioria dos comunitários tem acesso à água potável por poços individuais e comunitários, sendo que mais da metade dos entrevistados se preocupa em armazenar água e em trata-la antes do consumo final. Porém, quanto ao esgoto domiciliar, por nenhuma das comunidades terem sistema de tratamento de esgoto, os destinos variam, seja esgoto do domicílio, seja do banheiro, onde o esgoto domiciliar tem, na maioria das vezes, como destino a vala e o esgoto do banheiro residencial, fossa rudimentar ou séptica. Em relação ao destino do lixo, a maioria dos comunitários é contemplada pela coleta pública de lixo. E os que não são, dão como destino final, a queima.

2.4.3 Saúde Pública

Sobre a saúde pública, quando foram perguntadas as famílias entrevistadas qual o serviço médico que mais utilizavam, 100% responderam que são atendimentos no posto de saúde da vila de Alter do Chão, mantido pelo Sistema Único de Saúde – SUS e, que somente em casos mais graves emitem encaminhamento para o Hospital Municipal de Santarém. Haja vista tal situação, as doenças mais comuns citadas pelos comunitários foram: virose, gripe e tosse, no período do verão e diarreia no período do inverno.

GRÁFICO 22- Crianças Vacinadas em Idade de Vacinação (%)



FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

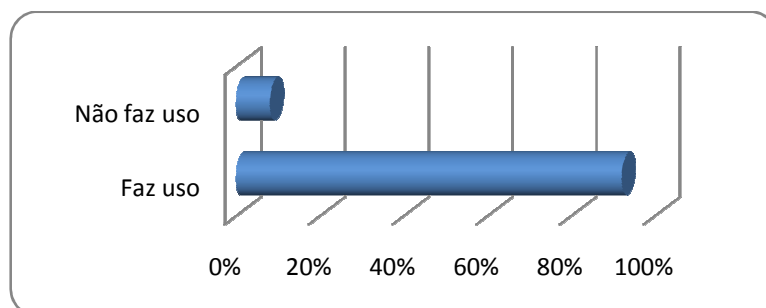
Segundo o Gráfico 22, do total de famílias entrevistadas, 84% têm crianças com idade para serem vacinadas e 16% não se encontram mais em idade para receber vacinas; dos 84% que ainda estão em idade de vacinação, 100% foram devidamente vacinadas.

Porém, 100% das famílias entrevistadas afirmaram não ter um posto de saúde próximo as suas residências, ou mesmo um agente de saúde comunitário que possa realizar atendimentos emergenciais, fazer encaminhamentos e prestar orientações. Segundo os comunitários, o médico responsável e os agentes de saúde do posto de saúde de Alter do Chão realizam visitas às comunidades da região a cada dois meses.

Quando questionados sobre o uso de medicação caseira, como se percebe no Gráfico 23, 92% dos entrevistados afirmaram fazer uso sempre que necessário e 8% disseram não utilizar tal tipo de medicação. Entre as medicações citadas estão principalmente o xarope caseiro, banho de ervas, chá de ervas como cumaru, ci-

dreira, boldo, crajiru, arruda, capim santo, jatobá, sacaca, jucá, hortelã, leite de súcuba, sara tudo, anador e camomila.

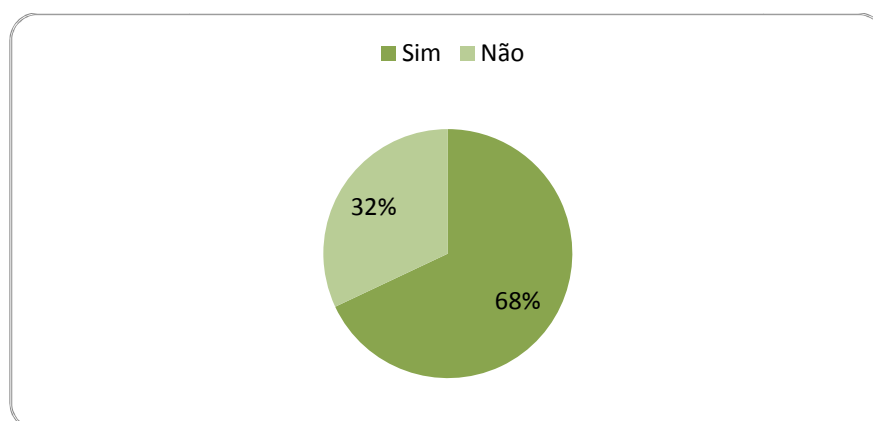
GRÁFICO 23 – Uso de Medicação Caseira (%)



FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

Em relação aos problemas de saúdes decorrentes na comunidade estarem relacionados com a degradação ambiental, o Gráfico24 mostra que 68% dos entrevistados afirmaram acreditar nesta possibilidade e 32% creem não ter relação alguma.

GRÁFICO 24 – Relação de Problemas de Saúde com a Degradação Ambiental



FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

Foi pedido ainda que os entrevistados sugerissem algum procedimento que pudesse contribuir com a saúde coletiva. As sugestões mais decorrentes foram: ter um posto de saúde; ter agente de saúde comunitário; diminuir as queimadas; recuperar os igarapés; implantar microssistemas de água nas comunidades; melhorar o acesso às comunidades para que as ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) possam ter acesso, quando necessário e não jogar lixo nos igarapés.

Em relação à saúde pública, as demandas que se destacam são um posto de saúde próximo às comunidades ou mesmo agentes de saúde na comunidade que possam fazer acompanhamentos em menor tempo do que o realizado atualmente.

Além do mais, os comunitários buscam por melhorias em relação ao acesso a água potável, principalmente no que diz respeito ao tratamento e acesso para todos.

2.4.4 Meio Ambiente, Qualidade de Vida e Unidade de Conservação

Sobre o meio ambiente, algumas perguntas foram realizadas de forma aberta, mostrando certa variedade quanto às respostas. Assim sendo, foi feita a seguinte pergunta aos entrevistados: o que você entende por meio ambiente? As respostas foram as mais variadas possíveis, tais como: “evitar queimadas e não jogar lixo nos igarapés”; “falta de preservação, zelar pela natureza”; “não desmatar, nem tirar as matas das margens dos igarapés”; “cuidar dos igarapés, cuidar do lixo e não cuidar do meio ambiente tem relação com a falta de alimentos”. Cerca de 70% dos entrevistados deram uma resposta à pergunta e apenas 8% não soube responder.

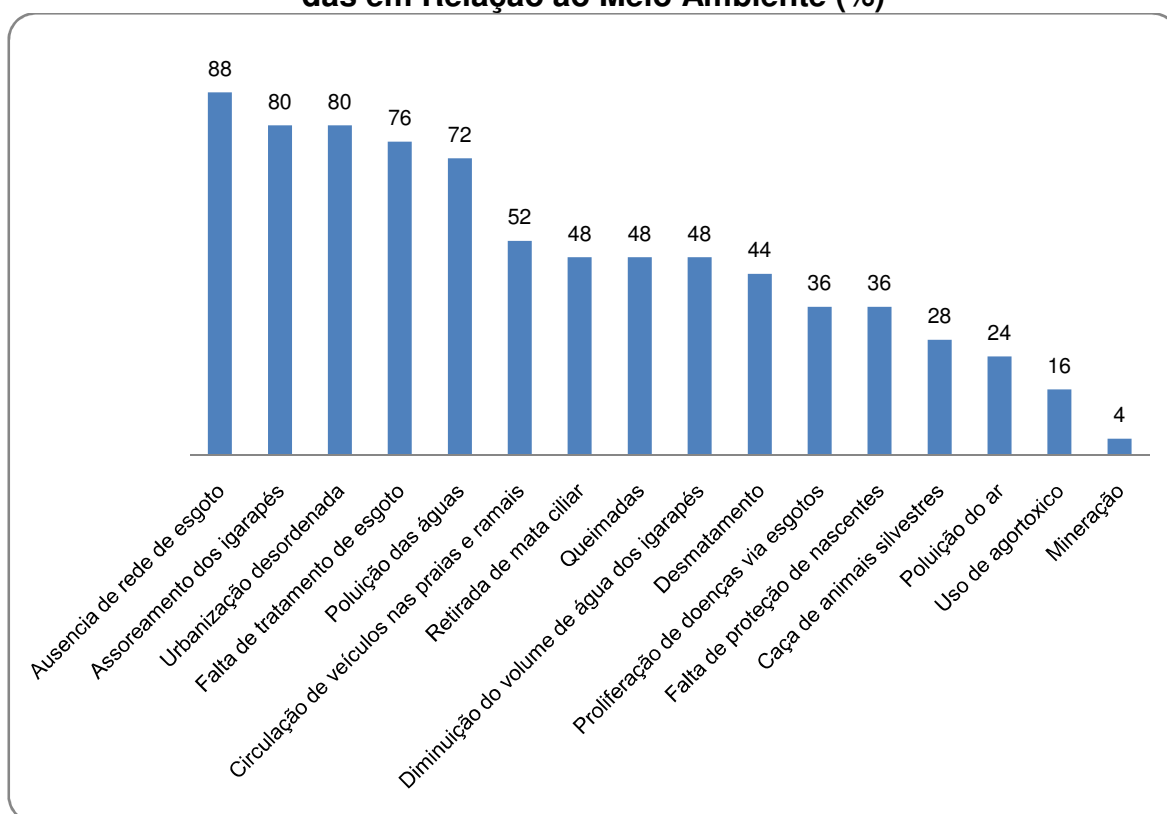
Nota-se neste ponto que os entrevistados não têm um conceito definido sobre meio ambiente e os pontos de vista são variantes, mesmo tendo uma finalidade comum, e, ainda uma evidente preocupação com a preservação ambiental. Fica claro que estes sabem o que fazer para ter uma relação benéfica tanto com o ecossistema quanto para sua própria vivência.

Foi feita ainda a seguinte pergunta: o que você entende por qualidade de vida? As respostas, assim como na pergunta anterior, sofreram grandes variações: “viver em um lugar tranquilo; ter acesso à educação e preservar o meio ambiente”; “viver com saúde, ter melhor alimentação e acesso ao lazer”; “viver em um lugar que tenha ar puro e água pura”; “viver em um lugar calmo e com ar puro; morar em um lugar que se tenha acesso a assistência médica com facilidade, ter ainda um microssistema de água”; “ter boas estradas de acesso à escola e transporte; ter um bom emprego”; “ter trabalho, energia elétrica, linha de ônibus e microssistema de água”; “ter um salário digno para sobreviver”.

No decorrer da aplicação do questionário, solicitou-se que os entrevistados identificassem possíveis problemas ocorrentes com maior frequência na comunidade. Para tanto, foi apresentada uma lista de possíveis problemas e o entrevistado confirmaria ou não a ocorrência do problema citado. Os resultados, como mostra o Gráfico 25 foram: 88%, ausência de rede de esgoto; 80% assoreamento dos igarapés; 80% urbanização desordenada (loteamentos e venda de terrenos, principal-

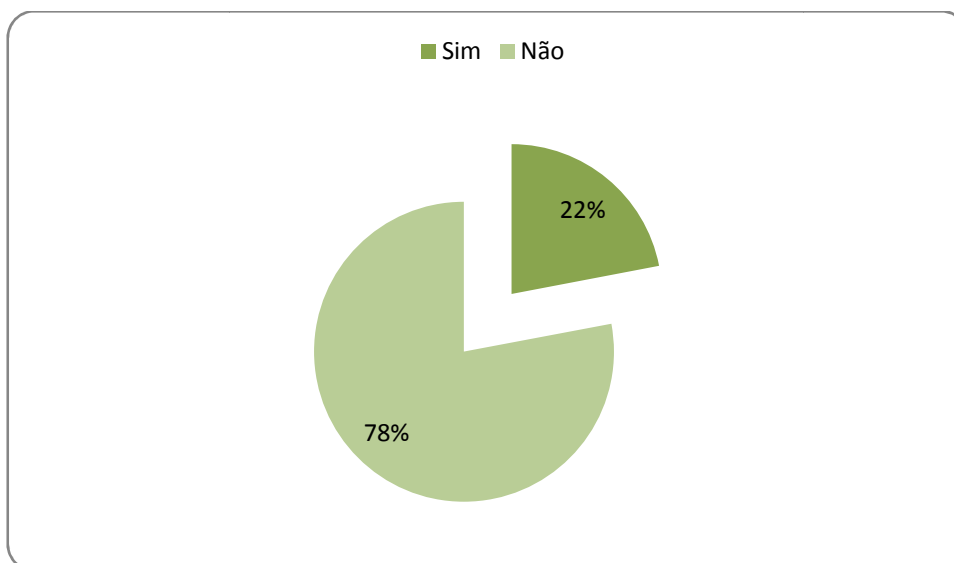
mente às margens dos igarapés); 76% falta de tratamento de esgoto domiciliar; 72% poluição das águas; 52% circulação de veículos nas praias e ramais; 48% falta de mata ciliar às margens dos igarapés, lagos e nascentes; 48% prática de queimadas; 48% diminuição do volume de água dos igarapés; 44% desmatamento; 36% proliferação de doenças por meio dos esgotos; 36%, falta de proteção de nascentes; 28% caça de animais silvestres; 24% poluição do ar; 16% uso de agrotóxicos nas plantações; 4% mineração.

GRÁFICO 25 – Percentual de Problemas Frequentes nas Comunidades Visitadas em Relação ao Meio Ambiente (%)



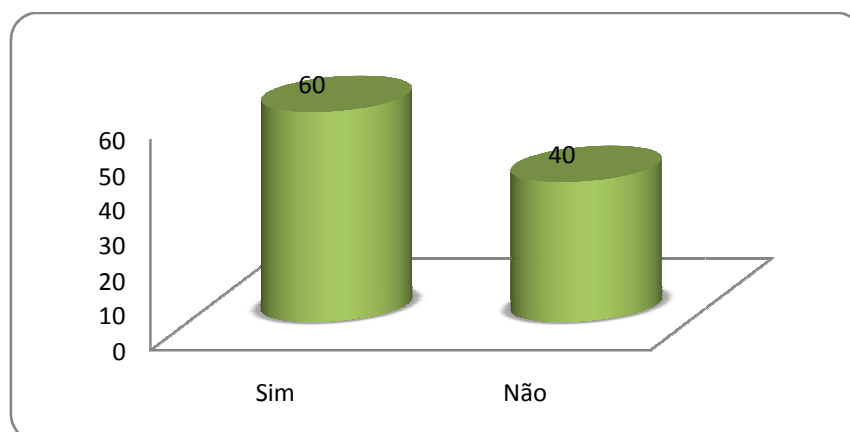
FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

Observando o Gráfico 26, verifica-se que quando questionados sobre saber o que é uma UC, 72% dos entrevistados afirmaram não saber do que se trata e 28% afirmaram saber o que é uma UC.

GRÁFICO 26 – Sabem o que é uma UC

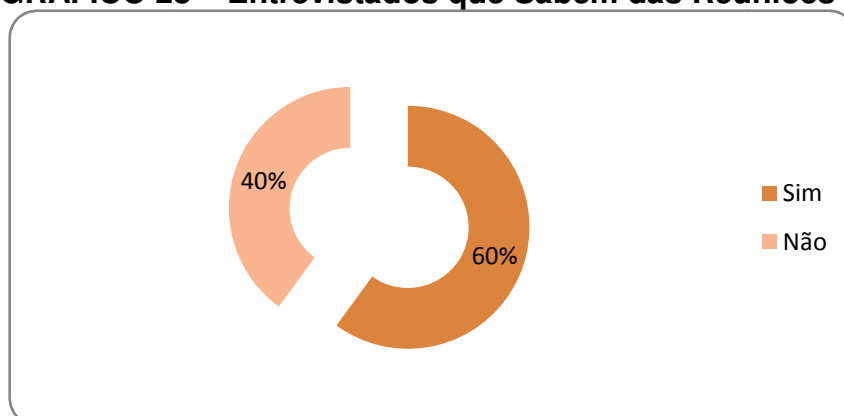
FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

Foi perguntado ainda se os comunitários sabiam que moravam em uma área de UC e que está trata-se da APA Alter do Chão, 60% afirmaram ter esse conhecimento e disseram ser informados através de reuniões comunitárias, ou por comentários de funcionários da EMATER, ou pelo médico do posto de saúde de Alter do Chão; 40% disseram não saber que moravam em uma UC. O Gráfico 27 representa esse percentual.

GRÁFICO 27 – Sabem viver em uma UC (%)

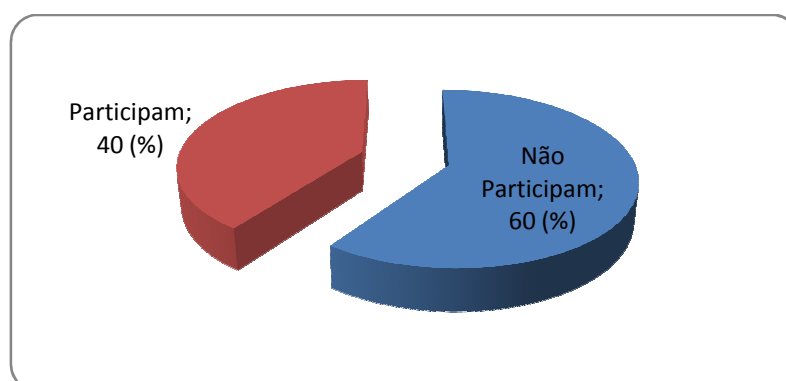
FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

Entre os entrevistados que afirmaram saber morar na área da APA Alter do Chão, 66% disseram que não sabe se ou quando ocorrem reuniões para discutir assuntos relacionados à APA Alter do Chão, e 34% afirmaram saber das reuniões.

GRÁFICO 28 – Entrevistados que Sabem das Reuniões da APA

FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

Entre os entrevistados que disseram saber das reuniões, 60% afirmou não participar das reuniões e 40% disse estar presente quando sabe e quando tem disponibilidade. O Gráfico 29 mostra o percentual de participantes nas reuniões da APA Alter do Chão.

GRÁFICO 29 – Participação dos Comunitários nas Reuniões da APA

FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

Foi questionado então, se os entrevistados que sabiam viver em uma área de APA, mas que não sabiam da ocorrência das reuniões, se eles tinham interesse em saber e participar das reuniões, 100% disseram que sim e todos proferiram que tinham interesse em saber dos assuntos da APA e dos problemas decorrentes, já que de certa forma, atinge a eles.

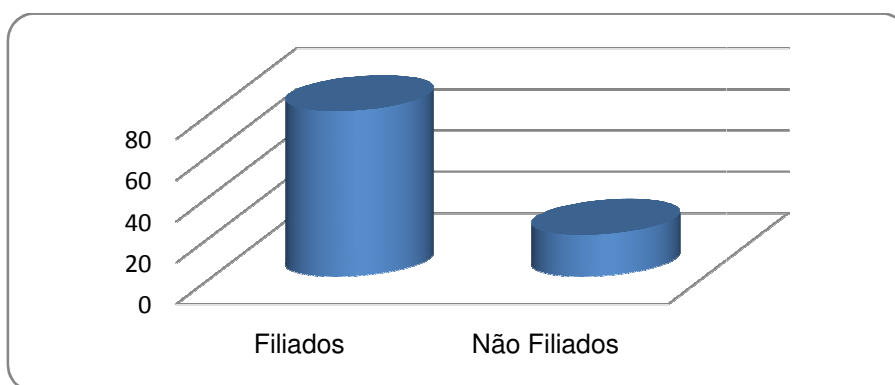
Foi indagado aos entrevistados se eles acreditavam que a participação da comunidade era importante para o processo de gestão da APA, 100% dos entrevistados alegaram que sim. Então, os questionados ainda responderam o porquê de ter tal participação. As respostas foram variadas, a saber: “reivindicar melhorias para a comunidade como coleta de lixo, posto de saúde e parada de ônibus”;

“contribuir com sugestões e melhorias para a APA e para a comunidade”; “pedir policiamento; discutir problemas relacionados à APA e a comunidade”; “ter maior união e participação”; “ter melhor planejamento através do trabalho conjunto; discutir os problemas da comunidade”.

Em relação ao conhecimento dos comunitários sobre viverem em uma área de APA, de quando ocorrem as reuniões e por que participar ou buscar saber, as respostas indicam que a maioria não sabe o que é uma UC, porém essa mesma maioria sabe que vive em uma UC, no caso a APA, ou seja, sabem que vivem em uma área protegida, mas não sabem defini-la, ou o porquê de ser protegida. O posicionamento dos comunitários, quanto às reuniões, também indica que a maioria não sabe de suas realizações, mesmo que todos os entrevistados tenham interesse em participar, ao menos saber, ou contribuir de alguma forma. No entanto, a falta de informação dificulta a participação dos comunitários na gestão da APA e pode até desestimular o interesse dos mesmos, gerando o distanciamento quanto às questões da APA, tornando enfraquecido o processo de gestão da UC devido à falta de participação dos maiores interessados: seus habitantes.

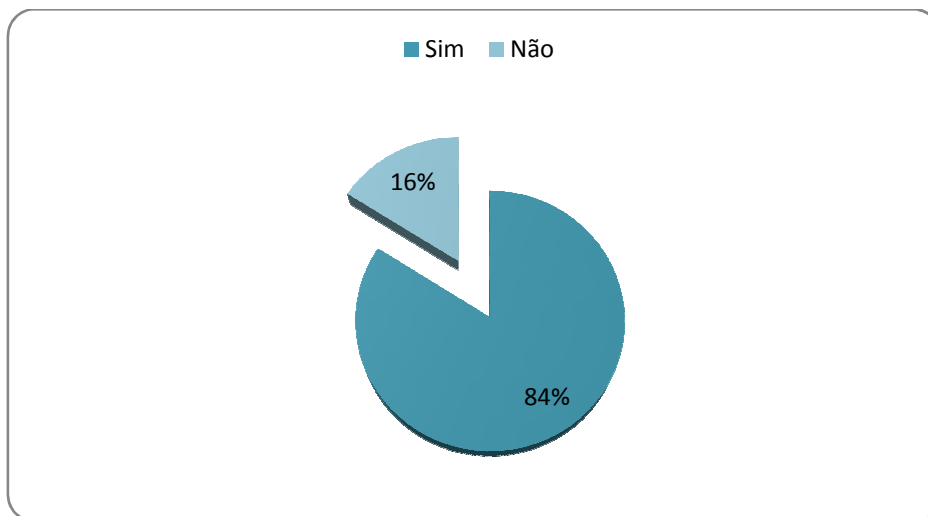
Sobre os comunitários entrevistados serem ou não filiados a alguma associação ou sindicato, 80% falaram que tem filiação ou com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém (STTR), ou com a associação da comunidade onde mora. E 20% alegaram não ter nenhum vínculo filiatório, como demonstra o Gráfico 30.

GRÁFICO 30– Filiação com Sindicatos e Associações (%)



FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

Quanto à necessidade da elaboração de um projeto para recuperação dos igarapés da região, 84% dos indagados acreditam haver tal precisão. E, 16% creem não ser necessário, como mostra o Gráfico 31.

GRÁFICO 31 – Acreditam na necessidade de recuperar os igarapés da região

FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

Entre os que acham necessário ter projetos para recuperar os cursos d'água, as sugestões foram diversificadas: “retirar as criações de peixes em tanque nos igarapés”; “retirar o lixo”; “recuperar a qualidade da água”; “fazer reflorestamento das margens com açaí e plantas nativas para evitar assoreamento”; “conscientizar os comunitários que é preciso preservar os igarapés”; “ordenar os loteamentos próximos ou que tenham curso d'água passando em seu interior e não deixar os igarapés secarem”. A foto 06 é um exemplo de assoreamento do igarapé São Raimundo.

FOTO07 - Estado de assoreamento do igarapé - Comunidade São Raimundo.

FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

Quando os entrevistados foram indagados sobre se a organização das pessoas da comunidade contribuiria para uma melhor qualidade de vida local, 100% afirmaram que sim, haja vista que, os que responderam de forma positiva foram perguntados o que os mesmos poderiam fazer. As respostas foram diferenciadas, a saber: “lutar mais por melhorias para a comunidade e ter mais união”; “buscar melhores condições de vida na comunidade e cuidar da natureza”; “debater os

problemas da comunidade e buscar soluções”; “interessar-se mais pelas questões comunitárias”; “ter mais união entre os comunitários”; “construir um posto de saúde na comunidade”; “ter mais organização entre os moradores”; “organizar-se para construir uma escola e um posto de saúde na comunidade”; “ter mais reuniões e por em prática o que for decidido nas mesmas”; “discutir soluções para preservar a natureza e melhorar as condições de vida na comunidade”; “ter um presidente comunitário mais ativo”. Vale ressaltar que alguns entrevistados não souberam dar opinião sobre o questionamento.

Foi ainda perguntado se os entrevistados adotariam algum novo procedimento para melhorar as condições do meio ambiente e de qualidade de vida comunitária. 96% dos entrevistados afirmaram que sim e 4% disseram que não. Entre os indagados que mostraram interesse positivo sobre o questionamento acima, quando perguntados quais seriam os procedimentos as propostas foram: colocar em prática os projetos da EMATER para a comunidade; “construir fossas ecológicas como as sugeridas pela EMATER”; “construir um microsistema de abastecimento de água comunitário e um posto de saúde ou ter um agente de saúde comunitário”; “ter coleta seletiva de lixo”; “ter maior poder de decisão para discutir assuntos comunitários”; “ter lotes maiores para trabalhar e buscar soluções para os problemas de poluição”; “buscar melhorias de infraestrutura para comunidade”; “executar os projetos propostos pelo documento Plano de Desenvolvimento do Assentamento PAE Eixo Forte elaborado pela EMATER”; “fazer plantio de açaí para melhorar a renda e ainda recuperar as margens dos igarapés”; “parar com o desmatamento na região”; “ter coleta de lixo e ter palestras de conscientização sobre meio ambiente”; “ter uma parada de ônibus e depósito de lixo para coleta posterior”; “ter um mercado próximo ou na comunidade e ter um sistema de tratamento de esgoto de água”.

Sobre as questões ambientais os entrevistados têm maiores preocupações em relação aos igarapés e nascentes, sobre como recupera-los e não permitir seu assoreamento. Preocupam-se ainda com queimadas, loteamentos desordenados, desmatamento e outros. E assim, pelo o que apontam os resultados, fica claro que há uma preocupação geral das comunidades em cuidar do meio ambiente, mesmo que não haja uma definição concisa ou de como se deve proceder, o que também fica evidente devido à falta de informação.

Neste sentido, a ausência nas reuniões, por falta de conhecimento de suas ocorrências, e mesmo pela distância e pela falta de repasse das informações, acaba por prejudicar o interesse dos comunitários a ter conhecimento sobre tais questões, que antes de tudo atinge diretamente suas vidas. Ainda ressaltando que a maioria dos questionados apresentou interesse em manter-se informado sobre assuntos que envolvam a APA.

Percebe-se, neste ponto da pesquisa, que os anseios dos entrevistados são muitos. E que se igualam aos que vem sendo discutidos, tanto no âmbito das UCs em esfera federal e estadual como, na realidade local da APA Alter do Chão. Fica evidente ainda a falta de sincronia entre as questões sociais, ambientais e econômicas da APA, com as detectadas durante a aplicação dos questionários nas comunidades. Isso se dá, como supracitado e apresentado como um dos motivos para a escolha da área de estudo, à centralização das discussões e levantamento das informações concentradas na vila de Alter do Chão e proximidades.

Nota-se ainda que mesmo as demandas da região de Alter do Chão, que já possui melhor infraestrutura e tem atividades econômicas consolidadas, e que mesmo as demais comunidades sejam semelhantes, a exigência e a gravidade comunitária pedem um pouco mais de atenção. As questões comunitárias, que mesmo tendo a vantagem de poder interagir e se beneficiar, seja como APA, seja como PAE, ou pela união de força de ambos, fica clara a falta de comprometimento e ausência do poder público quanto ao atendimento dos anseios aos litígios e demandas comunitários.

3 SITUANDO OS INTERESSES: RETOMADA DO PROCESSO DE GESTÃO DA APA ALTER DO CHÃO

O presente capítulo busca averiguar a situação em que a APA Alter do Chão se encontra nos dias atuais, do ponto de vista dos atores atuantes no processo que retoma as discussões e gerenciamento da UC. Para tanto, inicialmente se apresenta algumas breves considerações sobre o processo de criação, as discussões anteriores à APA e os principais motivos que levaram a escolha e categoria da unidade de conservação.

Para melhor enfatizar a volta do processo gerencial da APA, se optou por elaborar um roteiro de entrevistas onde foram entrevistados cinco atores atuantes nas questões da APA com o intuito de averiguar qual a situação da Unidade e suas perspectivas para o futuro, do ponto de vista de cada um, e de forma que se possa observar como tais opiniões se confrontam ou se igualam. As perguntas do roteiro têm por finalidade conhecer a opinião de cada entrevistado em relação às diversas situações pela qual a UC passa no presente momento.

3.1 APA Alter do Chão: da criação a retomada do processo de consolidação

Uma das peças fundamentais para que uma UC tenha sua efetivação estabelecida e seja bem gerida, e que se faz necessário, é a existência de um conselho gestor que, no caso de uma APA, não possui denominação definida em lei, se deve ser deliberativo ou consultivo, haja vista que o SNUC em seu Art. 15, § 5º, dispõe a seguinte redação:

A Área de Proteção Ambiental disporá de um Conselho⁵ presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser no regulamento desta Lei. (BRASIL, 2000).

A importância do conselho gestor para a gestão de uma UC se dá, principalmente, pela participação social. Dessa forma, Drummond (2005, p.73) explica que:

Um conselho gestor suscita o diálogo e a cooperação entre comunidades locais, organizações não-governamentais, poderes públicos estaduais e municipais, proprietários rurais, empreendedores urbanos, iniciativa privada

⁵ - Grifos nossos.

em geral, instituições de pesquisa, entre outros. Representa ainda uma arena na qual os conflitos e as divergências em torno da UCs podem ser expostos e encaminhados de maneira mais eficaz. Tudo isso é fundamental para garantir a compreensão do significado das UCs aos olhos das comunidades e dos interesses locais e para gerar o apoio necessário à gestão bem sucedida. Tal como no caso dos planos de manejo, supomos que a existência e o funcionamento de um conselho gestor é um indicador que propicia boa qualidade da gestão a uma UC.

Assim, com base no que determina a Lei do SNUC e definições como citada acima, o Conselho Gestor da APA Alter do Chão tem seu diploma legal no Decreto Municipal n° 072/11-SEMAD⁶, de 25 de abril de 2011, sendo que este em seu Art. 2° define o Conselho Gestor da APA Alter do Chão como sendo de:

Caráter consultivo e deliberativo, bem como o objetivo de promover o gerenciamento participativo e integrado da área, além de implementar as políticas e diretrizes nacionais e, estaduais e municipais de proteção do meio ambiente, e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação articuladas com as políticas sociais, econômicas e culturais. (SANTARÉM, 2011, p. 2, grifo nosso).

Ainda sobre este decreto, o Art. 3° defini quais as principais atribuições do Conselho Gestor, a saber:

- II - Acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental, quando couber, garantindo o seu caráter participativo;
- III – Buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços especialmente protegidos e com o seu entorno;
- IV – Promover a articulação dos órgãos públicos, organizações não-governamentais, população residente e iniciativa privada, para que ocorra a concretização dos planos, programas e ações de proteção, recuperação e melhoria dos recursos ambientais existentes na APA;
- V – Manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na área de sua atuação;
- VI – Acompanhar a aplicação dos recursos financeiros decorrentes de compensação ambiental na respectiva unidade. (SANTARÉM, 2011, p. 2).

Com a entrada em vigor do decreto que cria e dá às diretrizes do conselho gestor da APA, esta começa oficialmente a retomar o seu processo de consolidação. O referente conselho se reúne periodicamente a cada 15 dias para discutir questões relevantes a Unidade. Uma das questões que está em maior evidência no momento é a construção do Plano de Utilização – PU da UC e posterior aprovação, para depois ser elaborado o Plano de Manejo e o Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE.

Em relação ao PU, o que se entende é que, segundo o SNUC, deve ser elaborado especificamente para unidades de conservação nas categorias de Reserva Extrativista - RESEX e para Reservas de Desenvolvimento Sustentável –

⁶ - SEMAD – Secretaria Municipal de Administração.

RDS. No entanto, no caso da APA Alter do Chão, por falta de recursos para a elaboração dos estudos do Plano de Manejo e do ZEE, optou-se por elaborar primeiro o PU devido às urgências em regradar as formas de utilização do território da APA.

Haja vista que o PU “consiste em fazer uma breve descrição dos meios a utilizar para manter a reserva como unidade destinada à exploração autossustentável e à conservação dos recursos naturais renováveis, pelos seus moradores” (ISA, 2012, p. 01). Este documento ainda deve legislar, segundo ISA (2012, p. 01) sobre o “ordenamento das intervenções do homem, com os princípios a serem respeitados, as atividades que podem ser realizadas, as atividades não permitidas e as quantidades e formas de intervenção”.

Assim sendo, nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 2012, foi realizado o I Encontro para Aprovação do Plano de Utilização da APA Alter do Chão, na vila de Alter do Chão. Este evento contou com participação de entidades representativas do governo em suas três esferas, assim como da sociedade civil organizada, representantes comunitários, empresários, moradores, conselheiros da APA e voluntários. A foto 08 mostra o público presente neste I Encontro e a apresentação da Proposta ao público.

FOTO 08: Apresentação da proposta para aprovação do Plano de Utilização da APA Alter do Chão.



FONTE: Rainer Golobovante, 2012.

Para entender este processo de retomada das discussões e gestão da APA Alter do Chão foram realizadas 5 (cinco) entrevistas através de um roteiro de entrevistas com conselheiros e atores envolvidos nas discussões, procurando-se abordar as questões referentes à gestão e consolidação da UC de forma que foram entrevistados quatro conselheiros: dois conselheiros representantes do governo municipal, um conselheiros representante do governo federal, através da Universi-

dade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, um conselheiro representante da sociedade civil organizada. E por último um ator social que atua ativamente nas discussões relevantes a APA.

Para melhor compreensão e transcrição das respostas, optou-se por enumerar os entrevistados seguindo a ordem de realização das entrevistas, ficando assim representados os entrevistados pelos números 1, 2, 3, 4 e 5. Haja vista que, dos cinco entrevistados, apenas os entrevistados 1 e 2 dois fazem parte ou representam alguma instituição ou associação.

Em relação ao nível de envolvimento nas discussões da APA, o entrevistado n° 1, além de participar das discussões atuais, atua como pesquisador na área de resgate cultural, ecoturismo e investigação das populações humanas. O entrevistado n° 2 atua como conselheiro e representante dos empresários de Alter do Chão e Secretário Executivo do Conselho Gestor. O entrevistado n° 3 atua como presidente do Conselho Gestor. O entrevistado n° 4 age como importante motivador e organizador das reuniões, desde a retomada das discussões para consolidação da APA. O entrevistado n° 5 considera sua participação intermediária por atuar exclusivamente no setor turístico.

Quando questionados em relação às principais motivações para retomada das discussões da APA os entrevistados 1 e 4 são enfáticos em afirmar a participação de um Procurador do Ministério Público – MP, que a par de inúmeras situações perturbadoras tanto da qualidade de vida, como do meio ambiente e da saúde humana, instruiu os interessados a retomarem o processo de consolidação da UC em questão através da criação do conselho gestor.

Os entrevistados 2 e 5 apontam como principais causas para a retomada as discussões a degradação ambiental, circulação de lanchas e Jet-skis nos lagos, circulação de carros e motos nas praias e a preocupação em controlar a desordenada ocupação humana (loteamentos e venda de terrenos para construção de casas de veraneio, construção de hotéis e etc.) sem se importar com a preservação do meio ambiente. O entrevistado 3 afirma que a referente retomada de discussões foi o cumprimento do que exigem as normas legais para a administração de uma UC.

Sobre a questão do processo de gestão/consolidação da APA, os entrevistados n° 1, 2, 4 e 5 o consideram fraco e dão como principais motivos a falta de vontade política, falta de conhecimento técnico, interesses econômicos, falta de

participação da atual presidência do conselho gestor, falta de participação das demais comunidades componentes da APA, concentração das discussões em Alter do Chão e falta de sincronia entre o poder público, lideranças comunitárias e a iniciativa privada.

No entanto, alguns pontos positivos apontados foram, a saber: elaboração do PU da UC (em estudo no momento), atuação de voluntários, criação de grupos de trabalho para trabalhar em diferentes atividades, realização de ações concretas como o fechamento de acesso às praias para veículos automotores, aproximação do conselho comunitário de Alter do Chão, implementação do conselho gestor através de decreto municipal de criação e governança participativa.

“[...] agente ainda tem muitos problemas, [quando se pergunta da consolidação da APA], é isso, somente isso, é o poder público estar em sintonia com a comunidade e a iniciativa privada que, também, está faltando chegar mais próximo [...]. Então, tá faltando o empresariado também investir nessa consolidação, dar apoio à comunidade, verificar qual a possibilidade de fazer uma gestão impar [...]. Ou os três trabalham juntos ou agente não vai conseguir consolidar a APA e nem consolidar atividade alguma”.
(Entrevistado n° 5, 28 de Set.2012).

Em relação ao que tange a composição do conselho gestor e a satisfação de sua estrutura, com exceção do entrevistado n° 3, a atual composição e estrutura do conselho gestor é insatisfatória, mesmo este sendo paritário; isto é, o número de cadeiras foi distribuído em igual número entre os representantes do governo e a sociedade civil, ainda deixa muito a desejar no que se refere aos seguintes pontos: a participação do presidente do conselho, número insuficiente de cadeiras representativas, o que não atende, por exemplo, a todas as comunidades que fazem parte da Unidade e falta de treinamento e capacitação dos membros do conselho.

No que diz respeito à participação e envolvimento dos conselheiros nas discussões da APA todos os entrevistados consideram baixo tal envolvimento, devido a alguns entraves como as reuniões acontecerem apenas na Vila de Alter do Chão, dia e horário escolhidos. Os conselheiros N° 1, 2 e 4 apontam ainda como principais entraves à ausência dos conselheiros representantes do governo municipal. Os entrevistados n° 2 e 4 enfatizam a importância da participação de voluntários nas discussões, no que se refere a sugestões e ações e nível de envolvimento. Para os entrevistados n° 3 e 5, são positivas.

Quando questionados sobre o processo de consolidação da APA do ponto de vista do conselho gestor, se há atores ou grupos de atores que se destacam nesse

contexto, todos os entrevistados deram respostas diferenciadas: para o entrevistado n° 1 é difícil destacar algum ator ou grupo que se destaque na atual gestão como chave para o processo. O entrevistado n° 2 enfatiza um Grupo de Trabalho – GT, do qual participam conselheiros e voluntários, na elaboração do documento Plano de Utilização – PU da APA Alter do Chão. O entrevistado n° 3 aponta a falta de objetividade nas reuniões e a falta de interesse de alguns conselheiros como fator problemático para o processo de gestão da UC, no entanto, destaca que a participação dos líderes comunitários é fundamental para que a gestão da APA se consolide e dê resultados positivos.

Ainda sobre o questionamento acima, o entrevistado n° 4 ressalta que o conselho gestor é a instância chave para o processo de gestão e aponta alguns grupos ou representante chave para o processo como o conselho comunitário de Alter do Chão, os empresários - principalmente do setor turístico - a Associação Borari, entre outras; e por parte do governo, é eloquente quanto à participação das universidades nas discussões, contudo, sinaliza para a ausência da participação do governo municipal no que diz respeito aos seus representantes (SEMMA, SEMTUR e Prefeitura Distrital de Alter do Chão). O entrevistado n° 5 acredita que deveria ter mais envolvimento de certas instituições (como associações, sindicatos e ONGs, não desmerecendo as que participam ativamente das discussões da UC), dos líderes comunitários e voluntários.

Referindo-se a questão seguinte, na qual a intenção foi saber o grau de atuação/participação dos conselheiros comunitários, do governo municipal, das comunidades e das demais organizações como do PAE Eixo Forte nas discussões da APA, as respostas se igualam em alguns pontos e se divergem em outros. Quanto à participação dos conselheiros eleitos, todos os entrevistados concordam que tem sido a melhor possível, mesmo não havendo um envolvimento pleno, mas enfatizam o esforço dos que participam ativamente. A respeito da participação do governo municipal, todos os entrevistados afirmam que tem sido fraca, por diversos motivos como falta de interesse, outros compromissos, falta de motivação, e falta de comprometimento com a APA.

Quanto às comunidades que fazem parte da APA, todos os entrevistados são unânimes em afirmar a total ausência das representações comunitárias, não pelos motivos citados acima, mas principalmente pela dificuldade de deslocamento e

distância do local onde ocorrem as reuniões. Sobre a participação das comunidades do PAE Eixo Forte, todos os entrevistados foram unânimes em afirmar a falta de envolvimento desta organização nas discussões da APA.

No que tange a questão de planejamento, e o que se espera das ações e realizações da efetivação do processo de consolidação/gestão da APA Alter do Chão, os entrevistados n° 1, 2, e 4 afirmam ser o PU da UC, sendo este um documento que (até o momento se encontra em fase de elaboração e aprovação), dará as diretrizes para um melhor gerenciamento da área. Para o entrevistado n° 5, o ponto fundamental é a reforma e ampliação do Centro de Atendimento ao Turista – CAT, localizado na vila de Alter do Chão, que será, segundo ele, a sede administrativa da APA.

Ainda quanto a este ponto, o entrevistado n° 1 indica fatores perspectivas como a elaboração do Plano de Manejo que tem como finalidade ajudar a:

“Desenvolver estratégias para a conservação dos ecossistemas, mananciais, dos animais, da vegetação e das belezas cênicas [...] Contando com apoio das Universidades, escolas como a da Floresta e do Campo, para que possa buscar alternativas econômicas para gerir a APA.” (Entrevistado n° 1, 31 de Ago. 2012).

Nessa linha de pensamento, o entrevistado n° 2 destaca ações como a realização de denúncias *“que às vezes são atendidas, às vezes não”* e *“fazer valer a Lei que proíbe a circulação de veículos automotores nas praias”* (Entrevistado n° 2, 05 de Set. 2012). O entrevistado n° 3 aponta para a aprovação da lei citada pelo entrevistado n° 2, (Lei Municipal 18.714/2011) acrescentado à colaboração do Conselho Gestor em processos de licenciamento ambiental para pedidos de extração vegetal e mineral, assim como, de loteamentos e afins, o que é também destacado pelo entrevistado n° 4.

Sobre o que os entrevistados acreditam faltar para que haja a consolidação da APA Alter do Chão, o entrevistado n° 1 aponta a necessidade de maior articulação institucional e que é preciso saber quais as instituições que tem interesse em atuar na região, sejam elas, na esfera estatal (municipal, estadual e federal), de pesquisa e da sociedade civil organizada. Para o entrevistado n° 2 o que falta é vontade política, principalmente por parte da SEMMA. Na opinião do entrevistado n° 3 a APA encontra-se consolidada a partir do momento da criação do Conselho Gestor, no entanto, aponta a necessidade de se fazer certos ajustes.

Haja vista a diferença dos pontos de vista dos entrevistados, para o entrevistado n° 4 o que falta é ampliar a mobilização dos envolvidos no processo e além do mais falta:

“Compor um conselho gestor mais verdadeiro em termos de legitimidade, representatividade, legalidade e assim ganhar força política para conseguir influenciar as políticas públicas e intervir nas ações do poder público sobre a APA.” (Entrevistado n° 4, 27 de Set. de 2012).

Para o entrevistado n° 5 falta, para que a APA se consolide, maior envolvimento da sociedade civil, do poder público e do setor privado, no sentido de trabalhar em conjunto.

Sobre as perspectivas futuras para a APA o entrevistado n° 1 acredita que a Unidade pode ser um ótimo exemplo do que ele denomina como *Floresta Modelo*, “onde a gestão do território ocorre com princípios diversificados, incluindo a busca de recursos para projetos de pesquisa, implantação de infraestrutura e de geração de novos valores”. (Entrevistado n° 1, 31 de Ago. de 2012).

Do ponto de vista do entrevistado n° 2 as maiores perspectivas são a aprovação do Plano de Utilização até o fim do ano de 2012 e cumprir com os objetivos instituídos na lei de criação da UC e no decreto de criação do Conselho Gestor, e, ainda por em prática os desígnios do Regimento Interno do Conselho e do SNUC.

O entrevistado n° 3 entende que futuramente a APA, através do conselho gestor ou de instituições que tenham interesse em atuar na Unidade, possa obter financiamento para projetos e que o conselho possa fazer o zoneamento da APA, criando um banco de dados com informações sobre a área, e que assim possa contribuir no gerenciamento da mesma. E, desta forma, o conselho gestor possa cumprir com sua obrigação que é gerir a APA.

Segundo o entrevistado n° 4 a aprovação do Plano de Utilização e o conselho gestor fortalecido farão a APA ganhar respeito político perante a prefeitura e a sociedade. Para ele, “com o conselho gestor fortalecido e o PU operante a APA pode seguir para a elaboração de seu Plano de Manejo” (Entrevistado n° 4, 27 de Set. de 2012). Além disso, está ocorrendo o processo para que a APA tenha uma sede fixa em Alter do Chão. Outra questão levantada como perspectiva futura são formas de captar recursos para realizar trabalhos e ações que ajudem a regular os impactos ambientais negativos decorrentes na área da UC.

No entender do entrevistado n° 5 a APA poderá contribuir muito com o poder público, principalmente com a SEMMA, quanto à fiscalização e processos de

licenciamento. Poderá contribuir ainda com a elaboração de projetos que beneficiem a sociedade civil em geral.

Nota-se, através do decorrer das respostas dadas, entre outros pontos, primeiramente a variedade nas formas de atuação e visão dos entrevistados e, certo consenso entre os mesmos sobre as questões motivadoras para busca pela consolidação da UC, além das afirmações em relação aos pontos fortes e fracos da APA. Percebe-se ainda, que há certa insatisfação em relação ao andamento do processo de gestão e consolidação da APA, destacando-se a ausência dos representantes do poder público municipal, por parte da SEMMA, sendo que esta instituição é quem preside a APA.

Há ainda, insatisfação em relação a atual composição atual do conselho gestor, tanto por parte da falta de interesse de alguns conselheiros, como pela falta de representatividade de determinados setores da APA no conselho gestor, e falta de comprometimento da atual presidência do conselho em relação à APA. Nota-se que há dificuldade para mobilizar, tanto conselheiros quanto voluntários, para colaborar com o processo. Além da falta de capacitação, de recursos humanos e financeiro e ausência de comprometimento da sociedade e de sincronia entre o poder público, a sociedade e o setor privado, o que dificulta a gestão da área.

No entanto, foram destacados pontos positivos que levam a crer em um futuro promissor para a APA, mesmo este sendo um processo lento e as ações pontuais. Neste sentido, acredita-se, segundo o ponto de vista dos entrevistados, que ações como a criação do conselho gestor e instituída por decreto municipal, atividades como o fechamento das praias, a aproximação de novos atores, a realização das reuniões quinzenais, a participação de voluntários, o andamento de estudos acadêmicos, e principalmente a elaboração e aprovação do PU da APA, são os principais motivadores para se continuar no processo de consolidação.

Além disso, as perspectivas futuras para a APA, são as melhores possíveis, como a aprovação do PU, e futuramente a elaboração do Plano de Manejo e o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), além do cumprimento das leis, e perspectivas para a capacitação de recursos humanos e captação de recursos financeiros e para financiar projetos de extensão e pesquisa. Ainda a aproximação de instituições que tenham interesse em realizar pesquisas e ações na área da APA, para assim trazerem maiores benefícios a toda à sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com todo o esforço realizado, as políticas para criação e manejo das unidades de conservação no Brasil e principalmente na Amazônia continuam sendo interpretadas equivocadamente por serem consideradas entraves ao desenvolvimento econômico do país. Contudo, esquece-se que cada UC é criada com uma finalidade e que a gestão de cada categoria é mais propensa a exploração de maneira menos impactante possível dos recursos naturais e da ocupação humana como é o caso da APA Alter do Chão (uma UC de Uso Sustentável) e o Parque Nacional da Amazônia (PARNA da Amazônia – uma UC de Proteção Integral) onde nesta última só são permitidas pesquisas científicas e visitas ecoturísticas com autorização do órgão gestor.

Assim sendo, mesmo com o aumento do número de UCs e sua diversidade, a forma como estas áreas são protegidas trazem uma gama de questões que exigem atenção redobrada. Desta forma, dependendo da categoria, da quantidade e da extensão do espaço protegido, sua complexidade também pode aumentar o que demanda recursos financeiros e humanos, ações em maior quantidade e qualidade, como: aquisição de equipamentos, capacitação profissional, construção de infraestrutura, fiscalização, elaboração de projetos de pesquisa e extensão, parceria com universidades, organizações não-governamentais e instituições de ensino e pesquisa que tenham interesse em atuar na área, além de práticas bem elaboradas de ecoturismo, promoção de palestras de educação ambiental ofertada principalmente aos moradores da região, melhoramento nos processos de gestão ambiental, busca de meios para captação de recursos financeiro e o mais importante: realizar uma aliança com a sociedade para colaborar no processo de criação e funcionamento da UC.

Com tudo isso, há ainda a necessidade de se elaborar um planejamento integrado e abrangente, que tenha como foco uma visão de sistema, onde seja possível monitorar as ações, fraquezas e ameaças, da efetividade, eficiência e avanços da gestão de uma UC. Dessa forma, princípios e diretrizes precisam ser discutidos e definidos para que haja uma linguagem comum que favoreça o entendimento entre os múltiplos níveis de governo, as instituições envolvidas, as

organizações da sociedade civil, os cidadãos, funcionários e todos os envolvidos direta e indiretamente em tal processo.

Nesse sentido, o que se entende é que a sociedade brasileira ainda não consegue perceber a importância de se proteger áreas verdes por que ainda não vê os benefícios, principalmente econômicos e sociais, que estas trazem ao país. As áreas verdes protegidas são, em geral, responsáveis por nascentes de afluentes de grandes rios, ajudam na captura do carbono, auxiliam no processo de ordenamento e regularização territorial, servem como estoques de recursos madeireiros e não madeireiros (cipós, óleos, sementes, cascas, ervas medicinais e etc.) que, se bem manejados, dificilmente faltarão, além de serem o refugio de muitas espécies em extinção e como espaços importantes para a conservação da biodiversidade.

Durante a pesquisa essa falta de visão, quanto à necessidade de proteger determinadas áreas verdes, tanto por parte do governo, quanto pela própria sociedade, tornou-se evidente. No que tange as características socioeconômicas da APA Alter do Chão o que se evidencia é a fragilidade quanto à organização social e falta de informação dos comunitários, além de suas inúmeras demandas no que diz respeito à qualidade de vida e sua preocupação com a conservação do meio ambiente. A essas preocupações somam-se os problemas cotidianos como a falta de atividades empregatícias, emprego informal, dificuldade de escoamento da produção, falta de incentivo por parte do governo (falta de treinamento e capacitação, de liberação de crédito e etc.), baixa renda familiar, o que provoca a ausência de sincronia entre as questões econômicas, ambientais e sociais da APA, que ainda pode ter como fator contribuinte a centralização das discussões e levantamentos de informações sobre a UC centradas na vila de Alter do Chão.

Essa ausência de informações se dá como se pôde verificar, pelo distanciamento das questões discutidas pelo conselho gestor quanto às comunidades pertencentes à APA e pela concentração destas discussões para busca de soluções de problemas e melhorias somente para a vila de Alter do Chão e proximidades. A impressão é que apenas a vila balneária é a APA, o que, ainda, acaba levando a fragilidade, do ponto de vista socioeconômico e ambiental, das demais comunidades quando estas são observadas sob a ótica de uma UC. No decorrer da pesquisa, se pode notar que os comunitários têm interesse em manter o meio ambiente conservado, sabem que com isto terão melhor qualidade de vida,

mesmo que estes demandem necessidades de infraestrutura como: posto de saúde, estradas pavimentadas, controle de desmatamento, de loteamentos, recuperação de igarapés, tratamento de água e etc.

Nesse ponto, o que mais dificulta é a falta de informação e participação nas reuniões, onde estes sentem a necessidade de apresentar suas demandas e oferecer suas opiniões e contribuições. Portanto, no que diz respeito aos comunitários que vivem em uma área de UC, se dá devido à concentração de estudos e reuniões voltados apenas a Vila de Alter do Chão e região, contando ainda com a dificuldade de locomoção para chegar ao local das reuniões e o não conhecimento de quando acontecem, deixando-os a mercê das políticas públicas. Essas questões deixam explícita a falta de sincronia entre os fatores econômicos, ambientais e sociais da APA, tendo como fator contribuinte, como dito antes, a concentração das discussões e levantamento das informações limitadas apenas à vila de Alter do Chão.

Limitações estas que corroboram os motivos apresentados para a escolha das comunidades selecionadas para estudo, tais como: concentração de estudos e pesquisas acadêmicas voltadas apenas para a vila de Alter do Chão e proximidades; falta de representação/participação das comunidades no processo de consolidação da APA, além da falta de estudos socioeconômicos e ambientais sobre a região, e; o fato de as comunidades escolhidas para o estudo estarem inseridas tanto no espaço geográfico da APA, quanto do PAE Eixo Forte, que ainda não está sendo devidamente explorado, no sentido de trazer benefícios para a população local e para a UC.

Acredita-se então, que estas comunidades sendo abrangidas tanto pelas políticas governamentais de UCs, quanto de Projetos de Assentamento Agroextrativista, no caso, o PAE Eixo Forte concomitantemente com acesso a informação e participação ativa nas reuniões, tomada de decisões, e na elaboração de propostas para melhorias de qualidade de vida e conservação do meio ambiente, sua contribuição poderá ser um forte aliado para gestão da UC. Quanto à retomada da gestão da APA, verificou-se sua fragilidade, em alguns aspectos, como: mobilização dos conselheiros e demais participantes, ausência do governo municipal, falta de cadeira para abrigar mais representantes, tanto da sociedade civil, quanto do governo, distancia entre as discussões relacionadas à APA e as

comunidades periféricas a Alter do Chão, falta de recursos humanos, técnicos e financeiros, entre outros.

Porém, mesmo a APA sendo criada em 2003, como uma UC municipal, seu conselho gestor foi consolidado somente em 2011, deixando uma ruptura de mais de sete anos no que diz respeito ao processo de gestão. Mesmo assim, a consolidação do conselho gestor pelo legislativo municipal foi um marco para a gestão da APA, que começa a ganhar força. O conselho gestor da APA tem tomado uma posição firme quanto a fazer cumprir a lei e jus a seus atributos, ainda que com as dificuldades encontradas, estão conseguindo realizar ações, mesmo que pontuais, mas de grande valia, como a aprovação do Plano de Utilização da APA, a participação do conselho gestor como parecerista em processos de pedido de loteamento, mineração e outros que venham a caber nas atribuições da mesma. Isso por que o conselho gestor tem o poder atuar tanto como consultivo, quanto deliberativo. Além disso, vale destacar a devida mobilização, quando necessário, do Ministério Público Estadual e Federal; fazer valer a lei como o fechamento das praias para a não circulação de veículos, entre outras ações que estão sendo planejadas para médio e longo prazo, no intuito de fazer uma melhor gestão da UC.

Assim, este estudo teve como intenção caracterizar as comunidades de São Raimundo, São Pedro, Jatobá e Ponta de Pedra que são integrantes desta UC, e ainda, verificar como vem se dando o processo de gestão da APA. Desta forma, contribuindo e buscando incentivar futuros estudos relacionados a esta área e a própria gestão da APA, seja do ponto de vista social, econômico ou ambiental. Por tanto, este estudo não fica por aqui.

Logo se pretendeu apenas abrir caminho para que outros estudos sejam realizados, e que mesmo este possa ter continuidade futura, fazendo ainda parte do rol de estudos já realizados sobre esta UC e principalmente contribuindo como base de informação e incentivo para futuras pesquisas e para as comunidades no que diz respeito ao registro de seus interesses e vontades em ter melhores condições de vivência e conservação do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, Ana Luisa K. M; SOARES, Renato Cintra; SANAIOTTI, Tânia; LIMA, Albertina; MAGNUSSON, William E. **Proposta para a Criação de uma Área de Proteção Ambiental (APA) em Alter do Chão, Santarém/Belterra, Pará.** Manaus, 1999. Trabalho não publicado.

ALBERNAZ, Ana Luisa K. M. **Zoneamento da Região de Alter do Chão, Pará: Um Exercício de Planejamento para uma Unidade de Conservação de Uso Direto.** 2001. 130f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, Universidade do Amazonas, Manaus.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é – o que não é.** Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2012.

_____. **Sustentabilidade: o que é – o que não é.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2012.

BRASIL. 2000. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza– SNUC.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm> Acessado em 15 dez. 2011.

COSTA, Patrícia Côrtes. **Unidades de Conservação: matéria-prima do ecoturismo.** Série Turismo. São Paulo: Editora Aleph, 2002.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada.** 4ª Edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luiz de Andrade; NINIS, Alessandra Bortoni. **O Estado das Áreas Protegidas do Brasil – 2005.** Disponível em: <http://www.unbcds.pro.br/conteudo_arquivo/150607_2F62A6.pdf> Acessado em: 13 fev. 2012.

EMATER-PA, **Plano de Desenvolvimento do Projeto de Assentamento Agroextrativista do Eixo Forte.** Santarém: Emater 2011.

ICMBio. **Parque Nacional da Amazônia.** Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/visitacao/ucs-abertas-a-visita-cao/200-parque-nacional-da-amazonia.html>> Acessado em 15 dez. 2012.

ISA. **Unidades de Conservação na Amazônia Brasileira – Desafios, Gestão, Instrumentos de Gestão.** Disponível em: <<http://uc.socioambiental.org/gest%C3%A3o/instrumentos-de-gest%C3%A3o>>. Acessado em: 26 de jul. 2012.

HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard J. **História do Pensamento Econômico.** Tradução de Jaime Larry Benchimol. 16ª Edição. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1998.

MEDEREIROS, R.; YOUNG; C.E.F. **Contribuição das Unidades de Conservação Brasileiras para Economia Nacional**. Relatório Final. Brasília: UNEP-WCMC, 2011.

MMA. **Plano Amazônia Sustentável**: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira / Presidência da República. – Brasília, 2008. Disponível para download em: <<http://www.mi.gov.br/desenvolvimentoregional/publicacoes/pas.asp>> Acessado em 01 fev. 2012.

_____, **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação/Ministério do meio Ambiente – CNUC/MMA**. Tabela 1 “Tabela consolidada das Unidades de Conservação”, disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivos/areas_protegidas/cnuc/tabela_ucs_%20esf%20eragestao_%2012junho2012.pdf> Acessado em 14 ago. 2012.

_____, **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação/Ministério do Meio Ambiente – CNUC/MMA**. Tabela 2 “Unidades de Conservação por Bioma”. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivos/areas_protegidas/cnuc/tabela_ucs_bioma_%2012junho2012.pdf> Acessado em 14 ago. 2012.

_____. **Informe nacional sobre áreas protegidas no Brasil** / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Departamento de Áreas Protegidas. Brasília: MMA, 2007.

MORAES, Marília Brito Rodrigues de. **Área de proteção Ambiental – APA como Agente de Desenvolvimento Sustentável**: APA Cananeia-Iguapé-Paeruíbe/SP: São Paulo: Annablume, 2004.

MOURÃO, Elitânia da Silva. **Análise da Implantação da APA Alter do Chão**. TAO (Trabalho Acadêmico Orientado do Curso de Turismo) – Instituto Esperança de Ensino Superior – IESPES, Santarém – Pará, 2005.

MPOG. **Amazônia**. Disponível em: <http://marce.museu-goeldi.br/marcioayres/index.php?option=com_content&view=article&id=7&Itemid=8>. Fonte PDF: <http://marce.museu-goeldi.br/marcioayres/index.php?option=com_content&view=article&id=7%3Aamazonia&format=pdf&option=com_content&Itemid=8>. Acessado em: 14 ago. 2012.

OLIVEIRA, João Carlos Costa; BARBOSA, José Henrique Cerqueira. **Roteiro para Criação de Unidades de Conservação Municipais**. – Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2010. Disponível em: <<http://www.oeco.com.br/multimedia/biblioteca/24748-mma-lanca-roterio-para-a-criacao-de-unidades-de-conservacao-municipais>> Acesso: 30 nov. 2011

PROJETO APA. Disponível em: <<http://www.projetoapa.unb.br/site2.htm>> Acessado em: 13 mar. 2012.

RENTE, Andrea Simone Gomes. **Áreas de Proteção Ambiental como inspiração para o desenvolvimento sustentável com liberdade**: o caso da criação da APA

Alter do Chão/PA. Mestrado em Ciências. 2006. 26-32 f. Tese (Mestrado em Ciências). Área de Concentração: Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SANTARÉM. **Lei n° 17.771/2003, de 20 de julho de 2003.** Cria a Área de Proteção Ambiental de Alter do Chão. Disponível em: <<http://www.camaradesantarem.pa.gov.br/camara/imagens/leis/LEI-N-17.771-2003,-DE-20-DE-JULHO-DE-2003.pdf>> Acesso: 11 nov. 2011.

SANTARÉM. Prefeitura Municipal de Santarém. Município. **Aspectos Geográficos: Clima/Relevo.** Disponível em: <<http://www.santarem.pa.gov.br/conteudo/?item=116&fa=62>> Acessado em: 12 ago. 2012.

SANTARÉM. Prefeitura Municipal de Santarém. **Aspectos Geográficos: Solos.** Disponível em: <<http://www.santarem.pa.gov.br/conteudo/?item=120&fa=62>> Acessado em 12 ago. 2012.

SANTARÉM. Prefeitura Municipal de Santarém. **Aspectos Geográficos: Vegetação.** Disponível em: <<http://www.santarem.pa.gov.br/conteudo/?item=117&fa=62>> Acessado em 12 ago. 2012.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e Novos Direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural.** Fundação Peirópolis, São Paulo, 2005.

SANTOS, Kátia Maciel dos, SILVA, Sandra Maria Sousa da; PASTANA, José Maria do Nascimento. **Diagnóstico do Potencial Turístico de Alter do Chão. Santarém (PA): PRM, PMS, 1999.**

APÊNDICE A – Questionário para Caracterização Socioeconômica das Comunidades da APA – Alter do Chão



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ-UFOPA CICLO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR ESPECIALIZAÇÃO EM SOCIEDADE, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA

Santarém, ____ de _____ de ____.

Prezado (a):

Estamos realizando uma pesquisa cujo título é CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONOMICA DAS COMUNIDADES DE SÃO RAIMUNDO, SÃO PEDRO, JAOBÁ E PONTA DE PEDRAS DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL APA ALTER DO CHÃO, SANTARÉM-PA, BRASIL com o objetivo analisar a socioeconomia da APA Alter do Chão e sua relação com a gestão desta UC. Tal pesquisa faz parte do processo de elaboração do meu trabalho de conclusão do curso de especialização em *Sociedade, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia*, orientado pela Profa. M. Sc. Andréa Leão que será defendido no Centro de Formação Interdisciplinar da Universidade Feral do Oeste do Pará – UFOPA. Solicitamos vossa participação respondendo as questões que se seguem. Não há necessidade de identificação, pois queremos garantir o anonimato aos nossos participantes.

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E CULTURAIS

1. Nome da comunidade: _____

2 Sexo: () F () M

3. Naturalidade (cidade onde nasceu): _____

4. Estado civil: () Solteiro () Casado () Separado () Viúvo

5. Há quanto tempo mora na localidade? _____

6.

	Pessoas que moram na residência	Profissão	Sexo	Escolaridade
1				

2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				

7. Participa de atividades sociais e comunitárias? () Sim () Não

7.1 Se SIM, quais? _____

8. Frequenta uma igreja? () Sim () Não

8.1 Se sim, qual? () Católica () Evangélica

2. DADOS DE INFRA-ESTRUTURA, SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS

9. Possui um terreno/lote próprio? () Sim () Não

9.1 Se Sim. Qual o tamanho do seu terreno/lote? _____

9.2. Se possui LOTE, você o adquiriu por?

() Posse () Cedido pelo INCRA () Comprou

() Arrendatário () Outros. Citar _____

10. A casa em que você mora é:

() Alugada () cedida () própria () outra () especificar:

11. Tipo de casa:

() Alvenaria () Madeira () Mista () Outra. Especificar:

12. Quais as principais atividades produtivas do lote?

() Agricultura anual () Agricultura perene () Pecuária

() Extrativismo Vegetal () Coleta de sementes () Outros

13. Quanto à agricultura familiar, o que o lote produz?

() Criação de galináceos

() Criação de suínos

() Criação de caprinos

() Criação de peixes em tanque – Piscicultura

() Criação de abelhas – Aquicultura

() Hortas orgânicas

() Mandioca para produção de farinha

() Coleta de sementes como castanha do Pará

- () Açai
 () Plantação de árvores frutíferas – Cupuaçu, cacau, limão, laranja, café, graviola, murici, etc..
 () Outros. Quais? _____

14. Qual a renda familiar total:

- () Menos de 2 salários mínimos () De 3 a 5 salários mínimos () De 5 a 10 salários mínimos

15. Possui vínculo empregatício?

- () Sim, sem carteira assinada () Sim, com carteira assinada () Não

15.1. Se SIM, trabalha na:

- () Comunidade () Cidade () Outra comunidade/localidade.
 Qual? _____

16. A composição da renda familiar se dá por:

- () Trabalho assalariado () Bicos () Aposentadoria
 () Benefícios do Governo Federal - Bolsa Família, Bolsa Escola.
 () Vendas da produção do lote

17. Quais as suas principais despesas durante o mês:

Listar: _____

18. Existe escola pública na comunidade? () Sim () Não

19. Qual o grau de escolaridade ofertado pela escola?

- () Creche () 1° a 4° série () 5° a 8° série () 2° grau

20. Quanto tempo leva para chegar à escola?

- () Até 5 mim () Até 10 mim () Até 30 mim () Mais de 30 mim

21. O acesso à comunidade se dá por:

- () Estrada pavimentada () Estrada não pavimentada () Outros

22.1 Você considera a estrada de acesso: () Ruim () Boa () Ótima

23. Tipo de condução que utiliza:

- () Própria. Qual? _____ Ônibus () Outra ()
 Especifique: _____

24. Tem energia elétrica ligada na casa?

- () Sim, da distribuidora de energia () Sim, de outras fontes () Não

25. A água consumida na residência tem qual origem?

- () Microsistema de abastecimento
 () Água coletada de rio, lago ou igarapé
 () Poço comunitário
 () Poço individual
 () Água de chuva

26. O acesso à água na residência se dá por:

- ☐ Água da chuva armazenada em cisterna
- ☐ Rede geral de distribuição
- ☐ Poço ou nascente na propriedade
- ☐ Poço ou nascente fora da propriedade
- ☐ Coleta em rio, lago ou igarapé
- ☐ Carro-pipa
- ☐ Outras formas

27. Existe algum tipo de tratamento domiciliar de água? ☐ Sim ☐ Não

27.1 Se SIM, qual? _____

28. A residência possui caixas-d'água ou algum outro tipo de armazenamento?

- ☐ Sim ☐ Não

29.1 Faz limpeza periódica na caixa-d'água? ☐ Sim ☐ Não
De quanto em quanto tempo?

30. Existe problema de falta de água na região? ☐ Sim ☐ Não

30.1. Em caso de falta de água, quais os problemas enfrentados?

31. Existe sistema de esgoto na comunidade em que mora? ☐ Sim ☐ Não

32. O esgoto da residência tem qual destino/tratamento?

- ☐ Sumidouro ☐ Rio, lago, igarapé ☐ Fossa Séptica ☐ Vala
- ☐ Não possui ☐ Não sabe ☐ Fossa Ecológica ☐ Outros

33. O esgoto do banheiro ou sanitário desta residência é lançado (jogado) em:

- ☐ Rede geral de distribuição ☐ Fossa Rudimentar ☐ Outros
- ☐ Fossa Séptica ☐ Vala
- ☐ Rio, lago, igarapé ☐ Fossa ecológica

34. O banheiro deste domicílio fica: ☐ Dentro da casa ☐ Fora da casa

35. Existe coleta pública do lixo domiciliar? ☐ Sim ☐ Não

36. Se SIM coleta pública do lixo domiciliar, como procede:

- ☐ O lixo é coletado diretamente pelo Serviço de Limpeza
- ☐ Separa o lixo para coleta seletiva
- ☐ Outros. Cite:

36.1. Se NÃO existe coleta pública do lixo domiciliar. Qual o destino do lixo?

- ☐ Enterra
- ☐ Queima
- ☐ Joga em terreno baldio ou logradouro

- ☐ Joga em rio, lago ou igarapé
- ☐ Deixa ao redor da casa
- ☐ Recicla/reutiliza
- ☐ Tem outro destino. Especificar: _____

3. SAÚDE PÚBLICA

37. Quais os tipos de serviços médicos mais utilizados?

- ☐ Hospital ☐ Posto de saúde ☐ Farmácia

37.1 O atendimento é feito por: ☐ SUS ☐ Convênio Particular

38. Identifique quais as doenças decorrentes na comunidade:

38.1 Se há crianças em casa, elas tomaram todas as vacinas? ☐ Sim ☐ Não

39. Existe posto de saúde público próximo à sua residência? ☐ Sim ☐ Não

40. Utiliza medicação caseira? ☐ Sim ☐ Não

40.1. Se SIM, que tipos de medicação e/ou ervas medicinais utiliza?

41. Você acredita que os problemas de saúde podem ter alguma relação com a degradação do meio ambiente? ☐ Sim ☐ Não

42. Sugira ações que poderão ser feitas na comunidade para a melhoria da saúde coletiva:

4. MEIO AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA E UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

43. O que você entende por meio ambiente?

44. O que você entende por qualidade de vida?

45. Você identifica quais problemas na sua comunidade:

- ☐ assoreamento dos rios, lagos e igarapés, nascentes
- ☐ dragagem dos rios
- ☐ desmatamento
- ☐ mineração (seixo e areia, etc.)
- ☐ poluição das águas
- ☐ poluição do ar
- ☐ proliferação de doenças por meio do esgoto

- ☐ falta rede de esgoto
- ☐ falta de mata ciliar às margens dos rios, lagos e igarapés, nascentes
- ☐ estão usando agrotóxicos nas plantações
- ☐ fazem queimadas
- ☐ ocorrem enchentes
- ☐ muito barulho
- ☐ urbanização desordenada
- ☐ ocupação de residências em locais de risco
- ☐ falta de proteção de nascentes
- ☐ falta de tratamento de esgoto domiciliar
- ☐ está ocorrendo impermeabilização do solo (solo encharcado)
- ☐ ocorrem caçadas e pescas desordenadas
- ☐ há diminuição do volume de água no(s) rio(s), lago(s) e igarapé(s), nascente(s)
- ☐ veículos circulando nas praias e ramais
- ☐ outros.

46. Você sabe o que é uma Unidade de Conservação?

- ☐ Sim ☐ Não

47. Você sabia que mora em uma Unidade de Conservação Municipal? No caso, a Área de Proteção Ambiental – APA Alter do Chão? ☐ Sim ☐ Não

47.1 Se SIM, como soube? _____

47.2 Se SIM, você tem conhecimento das reuniões do Conselho Consultivo da APA (data, local e horário)? ☐ Sim ☐ Não

47.3 Se SIM, participa das reuniões? ☐ Sim ☐ Não

47.4 Se NÃO, gostaria de ser informado sobre as reuniões e participar das mesmas?

- ☐ Sim ☐ Não

47.5 Se SIM, por quê? _____

48. Você acredita que a participação da comunidade é importante para o processo de gestão da APA?

- ☐ Sim ☐ Não

48.1 Se SIM, por quê? _____

49. Você é filiado/cadastrado (a) em algum sindicato/associação?

- ☐ Sim ☐ Não

49.1 Se SIM, qual? _____

50. Você acha que há necessidade de realizar um projeto para recuperar os rios, lagos e igarapés e nascentes da região? ☐ Sim ☐ Não

50.1 Se sim, por quê? _____

51. Você acredita que a organização das pessoas da comunidade pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida na localidade? () Sim () Não

52.1 Se SIM, diga como isso poderia ser feito:

53. Você adotaria novos procedimentos para a melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida na comunidade? () Sim () Não

53.1 Se SIM, quais:

Muito Obrigado.

APENDICE B – Roteiro de Entrevista com os Atores Sociais Atuantes no Processo de Gestão da APA – Alter do Chão



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ-UFOPA CICLO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR ESPECIALIZAÇÃO EM SOCIEDADE, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA

Santarém, ____ de _____ de ____.

Prezado (a):

Estamos realizando uma pesquisa cujo título é CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS COMUNIDADES DE SÃO RAIMUNDO, SÃO PEDRO, JATOBÁ E PONTA DE PEDRAS, DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL APA ALTER DO CHÃO, SANTARÉM-PA, BRASIL com o objetivo analisar a socioeconomia da APA Alter do Chão e a sua gestão. Tal pesquisa faz parte do meu trabalho de conclusão do curso de especialização em *Sociedade, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia*, orientado pela Profa. M. Sc. Andréa Leão que será defendido no CFI – UFOPA. Solicitamos vossa participação respondendo as questões que se seguem. Não há necessidade de identificação, pois queremos garantir o anonimato aos nossos participantes.

1 – Você faz parte de alguma instituição, ONG ou associação? () Sim () Não
Qual: _____

2 - Qual é seu nível de envolvimento na discussão da APA Alter do Chão?

3 - Qual foi o principal motivo ou motivos para a retomada das discussões da APA Ater do Chão? Como se deu esse processo?

4 – Como está sendo o processo de gestão/consolidação da APA, atualmente?

5 – Sobre o Conselho Gestor: já foi criado? Desde quando? Qual é sua composição? Sua estrutura é satisfatória?

6 – Em termos de participação, como está sendo o envolvimento dos conselheiros nas discussões e processo consolidação e gestão da APA?

7 – O processo de consolidação da APA a partir do conselho (grupo gestor) vem sendo efetivado? Quem ou que grupos você reconheceria como chave para esse processo?

8 – Como vem sendo a participação/atuação dos conselhos comunitários, do governo municipal, das comunidades e das demais organizações do Eixo Forte nas discussões da APA?

9 – E, em termos de planejamento, o que esperar de ações e realizações no processo de efetivação da APA Alter do Chão?Quais ações estão sendo tomadas para que se concretize o processo de consolidação/gestão da APA?

10 – O que você acredita que falta para que a APA se consolide?

11 - Quais as perspectivas futuras para a APA?